

DHEPI - Pós-Graduações
(2012-2013)

Curso de Doutoramento/3.º Ciclo em História

Autor: **Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira**

Título: ***A Revista de História (1912-28): uma proposta de análise histórico-historiográfica***

Palavras-chave: Revista de História, História da Historiografia, Fidelino de Figueiredo

Resumo

Nesta dissertação estudámos a *Revista de História*, essencialmente pelo prisma da História da Historiografia. O objeto da nossa investigação carece de uma identificação prévia. A *Revista de História* foi criada no seio da Sociedade Nacional de História, como veículo de informação privilegiado do respetivo ideário e forma de difusão das ideias da instituição.

O periódico em causa é composto por 16 volumes (1912-28). Começou antes da Iª Guerra Mundial, terminou dois anos depois da Instauração da Ditadura Militar de Gomes da Costa e foi contemporâneo do *Integralismo Lusitano*, da *Renascença Portuguesa* e da *Seara Nova*. A questão que se coloca é: qual a relevância cultural e historiográfica da *Revista de História* no contexto em que se desenvolveu?

A Historiografia tem sido, muitas vezes, equiparada à Teoria da História numa perspetiva epistemológica, mas sobretudo filosófica. Sem esquecer ou ignorar estas aceções, é possível integrá-las num reduto amplo, ancorado na diacronia, a coberto de especulações com tendência generalizante. Um determinado discurso historiográfico ocorre em espaço e tempo próprios, que condicionam o que expressa. Para concretizar melhor o que está em causa neste trabalho, convém proceder a uma descrição detalhada das motivações – subjetivas e objetivas – e das fontes e metodologias nele implicadas. Esta dissertação resulta do interesse que desde sempre nutrimos pela História Contemporânea, na vertente cultural. A publicação em causa representa, pelo período em que se inscreve, um esforço de conjunto no que respeita aos periódicos da especialidade na época republicana. Por outro lado, a História da Historiografia também constitui disciplina a aprofundar, a exemplo do que há mais tempo acontece em Espanha, França ou no Brasil. Dentro da Historiografia, a escolha da diacronia como prioridade prende-se com uma atitude metodológica que procura conferir destaque à *historicidade* do objeto de investigação.

Este estudo divide-se em três partes. Na primeira, procede-se ao enquadramento histórico, institucional e biográfico do periódico (capítulos 1 – 4). Num segundo momento, realiza-se a análise qualitativa de artigos da publicação, seguida de uma síntese dos conceitos historiográficos operatórios postos em prática pelos articulistas. (capítulos 5 – 9). A terceira parte deste trabalho contempla uma caracterização da *Revista de História*, assente num acompanhamento da atualidade patente ao longo da secção de *Factos e Notas* e no arranque do andamento dedicado à *Bibliografia* (capítulo 10). Exposto este percurso, concretiza-se um balanço epistemológico e ideológico da publicação (capítulo 11).

Trata-se de um periódico marcado pela diversidade temática, mas que não deve ser inserido numa única escola, frustrando qualquer prefiguração dos *Annales*.

Orientador: Armando Luís de Carvalho Homem

Data das provas: 21 de fevereiro de 2013

Curso de Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Autora: **Ana Paula de Sousa Santos**

Título: *A Leitura e a Escrita no processo de ensino-aprendizagem da História e da Geografia*

Palavras-chave: Documento Escrito, o texto científico, a leitura, a interpretação, a escrita, a literacia e os estilos de aprendizagem.

Resumo

No século XXI, a sociedade moderna e do conhecimento exige do cidadão competências e capacidades essenciais para que estes possam atuar e interagir no seu contexto académico, cívico, profissional e/ou pessoal, de forma ativa, ponderada, construtiva e assertiva. Estas competências estão relacionadas com a leitura, a interpretação e o uso de qualquer tipo de informação, presente em diferentes suportes escritos, para solucionar, de forma consciente, fundamentada e adequada, um determinado problema. Assim, a *Leitura e a Escrita no ensino da História e da Geografia* centrou a sua investigação na leitura e na interpretação do documento escrito, de âmbito técnico e científico, e na posterior transformação das informações e dos conhecimentos, adquiridos nos processos e no recurso didático anteriormente referidos, numa comunicação escrita original. O presente estudo foi desenvolvido no contexto da *Iniciação à Prática de Ensino Supervisionada*, inserida no Mestrado em Ensino de História e de Geografia, numa escola cooperante para o efeito, nomeadamente a Escola Secundária Inês de Castro. Neste contexto educativo, a nossa investigação incidiu numa turma de 10º ano de escolaridade do curso de Línguas e Humanidades, distinta na sua idade e no seu desenvolvimento ao nível cognitivo e sociomoral, tal como revelam diferenças na sua personalidade e no seu relacionamento com o processo de aprendizagem.

O nosso estudo versa sobre a importância do texto científico, como recurso didático motivador e facilitador de aprendizagens, a questão da literacia e dos hábitos de leitura da população geral e escolar portuguesa, mas também os estilos de aprendizagem, que individualizam e caracterizam cognitivamente cada indivíduo. Esta temática implicou o uso do *texto científico*, enquanto objeto de estudo privilegiado e exclusivo de conhecimento histórico e geográfico, tendo como pretensão a validação ou revogação da potencialidade do uso de documentos escritos, enquanto recurso motivador e facilitador de aprendizagens e promotor de hábitos de leitura e de melhoria do vocabulário específico de ambas as disciplinas, tal como demonstrar a importância deste recurso como fontes de informação para a compreensão dos conteúdos temáticos da disciplina de História e de Geografia, e como meios de desenvolvimento da capacidade de interpretar, recolher, tratar, sistematizar e mobilizar a informação contida nos mesmos.

Desta forma, esta investigação considerou como instrumentos de recolha de dados um *Pré-Teste*, os quatro *Exercícios Práticos de Exploração Textual* e uma *Avaliação Final*, construídos pelo docente e, *a posteriori*, pelos discentes. Estes instrumentos foram construídos tendo em conta os conteúdos temáticos definidos pelo Ministério, presente nos Programas Nacionais e nas Orientações Curriculares de ambas as disciplinas, mas também intenções investigativas, ou seja, o *Pré-teste* pretendia diagnosticar o nível de conhecimentos e as dificuldades dos alunos a diversos níveis e antecipar os resultados a serem obtidos com o presente estudo, enquanto os *Exercícios Práticos de Exploração Textual* tinham como objetivo avaliar o desempenho dos alunos no processo de leitura e da interpretação do texto científico, e, a *Avaliação Final* apenas nos permitiria observar as evoluções demonstradas pelos alunos, em termos de leitura e de

interpretação de um documento escrito, e a posterior transformação da informação recolhida em produções textuais próprias, corretamente escritas e sustentadas cientificamente. Estes instrumentos permitiram-nos inferir algumas considerações acerca de rotinas de leitura, de análise e de interpretação de documentos escritos, alcançadas com a aplicação de procedimentos metodológicos de natureza quantitativa e qualitativa, como a análise de conteúdo, que nos proporcionou a análise e o tratamento das particularidades de cada uma das produções textuais, presentes no *Pré-Teste* e na *Avaliação Final*, como forma de inferirmos sobre o seu conteúdo; e a análise quantitativa aplicada aos *Exercícios Práticos de Exploração Textual* permitiu-nos obter uma leitura mais descritiva, simples, fiel, exata e direta dos fenómenos presentes nos mesmos. O *Pré-Teste* e os seus dados permitiram-nos aferir que a maioria da amostra detém dificuldades na leitura e na interpretação das questões; na mobilização de determinados conhecimentos e de conceitos; no desenvolvimento e na aplicação da capacidade de argumentar; na utilização e na aplicação do vocabulário específico da disciplina; e, por último, na expressão escrita. No que respeita aos *Exercícios Práticos de exploração textual* em história e em geografia, estes evidenciaram problemas estruturais, como dificuldades ao nível da leitura, da interpretação, da seleção e de recolha de vocabulário e ideias-chave; registos incompletos ao nível do vocabulário e das ideias-chave; registo de ideias-chave sem aplicarem regularmente as regras de transcrição e de citação; registo de ideias-chave sob a forma de vocábulos ou de uma ideia-nuclear, sem a articular a um conceito; apropriação de informações textuais; e o desrespeito pelas regras de construção frásica e ortográfica. Porém, este instrumento permitiu que a amostra alcançasse melhorias, como a diminuição significativa da confusão entre vocabulário e ideias-chave; o aumento relativo do número de registos completos ou muito completos; o aumento da conjugação mais substancial de vocabulário, ideias-chave e interpretação pessoal ou apenas vocabulário e ideias-chave; e o aumento das transcrições e do registo de ideias-chave mais completas e articuladas ao seu conteúdo e à sua lógica interna e externa do texto científico. Desta forma, a amostra evidenciou a aquisição e o desenvolvimento de hábitos de leitura, mas, principalmente, de interpretação e de análise de informações textuais. Por último, a *Avaliação Final* demonstrou a persistência de problemas estruturais, como a apropriação acentuada de informações textuais; o desrespeito pelas regras de citação; a presença de ideias incompletas, descontextualizadas e incorretamente interpretadas e registadas; e a existência de uma comunicação escrita frágil ao nível da construção frásica e da ortografia; a construção de respostas, a partir do conteúdo e da ordem dos tópicos de desenvolvimento de uma determinada questão, e seguindo a linha conceptual e temática do texto científico; as dificuldades ao nível da leitura, da interpretação e do tratamento do texto científico; e a fragilidade dos procedimentos de recolha, de tratamento, de sistematização, da mobilização e de comunicação da informação recolhida.

Assim, a manutenção de problemas estruturais e o aparecimento de ínfimas melhorias permitiram-nos constatar que o texto científico poderá ser um recurso didático facilitador de aprendizagens, e, principalmente, promotor de hábitos de leitura e de interpretação e de comunicação escrita, e sob o qual a atenção docente deverá recair, como forma de se focar no indivíduo, formá-lo com capacidades e competências essenciais para responder às exigências da sociedade do conhecimento.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 30 de outubro de 2013

Autora: **Anabela Fernandes Ferreira da Costa Gomes**

Título: ***Aprender a história e a geografia da cidade do Porto pelo espaço: o contributo da visita de estudo***

Palavras-chave: visita de estudo; interdisciplinaridade; aprendizagem significativa; espaço urbano do Porto; História; Geografia.

Resumo

Sendo a visita de estudo uma experiência de aprendizagem que não decorre no espaço de sala de aula, mas que permite aos alunos, igualmente, construir o seu conhecimento de uma forma mais apelativa e motivadora, procuramos ao longo deste trabalho perceber o impacto que uma experiência deste género pode ter ao nível das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos. Como tal, o estudo de caso empreendido no âmbito do estágio pedagógico, realizado na Escola Básica Gomes Teixeira, no ano letivo de 2012/2013, apoiou-se na planificação, organização e implementação de uma visita de estudo ao espaço urbano do Porto, para uma turma do 9.º ano de escolaridade. Através da concretização desta experiência de aprendizagem era nosso propósito levar os alunos a olhar para a cidade, espaço tão familiar onde habitam, estudam e convivem, de um ponto de vista mais histórico e geográfico.

Por conseguinte, as visitas de estudo e, particularmente, o papel por estas desempenhado no processo de ensino-aprendizagem das disciplinas de História e de Geografia surgem-nos aqui como a temática central deste trabalho. Assim, a presente investigação foi estruturada para dar resposta a um duplo objetivo: saber um pouco mais acerca do potencial didático das visitas de estudo, tanto ao nível das aprendizagens proporcionadas aos alunos, em termos cognitivos e sócio afetivos, como enquanto estratégia potenciadora da interdisciplinaridade no ensino.

Pretendendo enquadrar teoricamente a problemática em estudo, centramos a nossa atenção, em primeiro lugar, no conceito de visita de estudo e nas vantagens e desvantagens que podem estar associadas à sua concretização na prática letiva. Além disso, procuramos também perceber o que dizem as Orientações Curriculares de Geografia e o Programa de História relativamente à implementação desta experiência de aprendizagem. Atendendo ao duplo objetivo traçado para este trabalho, apresentamos os fundamentos teóricos do conceito de interdisciplinaridade, procurando esclarecer e demonstrar a sua pertinência no sistema de ensino. De facto, ao conciliar os conceitos e conhecimentos pertencentes a diversas áreas disciplinares, a interdisciplinaridade surge cada vez mais como uma necessidade no quotidiano das nossas escolas. Por outro lado, procuramos esclarecer o conceito de aprendizagem significativa, apresentando as formas a partir das quais ela pode ocorrer. Por fim, e de forma breve, procedemos à caracterização da cidade enquanto objeto de estudo da História e da Geografia, focando especialmente o Centro Histórico do Porto e a sua evolução espaço-temporal.

Para recolher informação pertinente, que permitisse responder ao desafio levantado foram construídos e aplicados diversos instrumentos, posteriormente submetidos a uma análise de cariz quantitativo ou qualitativo, consoante a natureza dos dados suscitados. Privilegiou-se, contudo, a análise de conteúdo, como forma de apreender os olhares e as vozes dos vinte alunos que participaram na visita de estudo e que constituem a amostra do estudo de caso.

Na fase de preparação da visita foi aplicado um questionário inicial, cujo principal objetivo era fazer um levantamento das ideias que os alunos tinham da sua cidade, procurando perceber o que eles conheciam e destacavam como relevante na mesma. No fundo, ambicionávamos de alguma forma captar o tipo de olhar que os alunos tinham da sua cidade, para numa fase posterior, verificar se se registou algum tipo de transformação ou evolução.

Para acompanhar os alunos durante a visita de estudo foi elaborado um roteiro, ou seja, uma espécie de guia orientador da visita, que abarcava simultaneamente conhecimentos de História e de Geografia, apelava a competências transversais, como a capacidade de observação da realidade, e às sensações que a experiência de aprendizagem despertava nos alunos. Pretendia-se que estes aprendessem a observar e a pensar o espaço que os rodeia, guiados por um conjunto de tarefas e desafios a que teriam de dar resposta em contacto direto com a realidade. Ainda durante a realização da visita foram avaliadas quatro atitudes manifestadas pelos alunos (empenho, curiosidade, responsabilidade e cooperação), tendo sido construída uma grelha de avaliação atitudinal para o efeito.

Na sequência da visita de estudo, pediu-se aos alunos para refletirem e fazerem, por escrito, um balanço acerca da experiência de aprendizagem em que haviam participado, de modo a recolhermos as suas opiniões sobre a visita à cidade do Porto e entendermos a forma como estes percecionaram a experiência. Além disso, foi-lhes lançado o desafio de elaborar um pequeno relatório da visita de estudo, com base na informação recolhida (conhecimentos e fotografias tiradas ao longo do percurso).

Por fim, foi aplicado um questionário final, cujo objetivo era comparar as respostas dos alunos com as que haviam dado no questionário inicial, de modo a perceber se houve evolução ao nível do pensamento e da forma como encaram, descrevem e percecionam a sua cidade. Com efeito, pretendia-se avaliar o impacto de uma experiência de aprendizagem concreta, a visita de estudo, através das diferenças encontradas nas respostas construídas pelos alunos, que em nosso entender, refletem precisamente a sua conceção e perceção da cidade, no fundo, o seu olhar sobre a cidade do Porto.

Da análise dos dados recolhidos, pudemos tomar conhecimento da leitura que os alunos fizeram do espaço urbano do Porto, denotando-se que as visitas de estudo podem, efetivamente, proporcionar um importante contributo para o desenvolvimento de aprendizagens, tanto no domínio cognitivo, como sócio afetivo. De facto, consideramos que se verificou uma transformação na forma como os alunos concebem e encaram a cidade do Porto, reflexo, em nosso entender, de uma evolução de pensamento e, conseqüentemente, de uma aquisição de novos significados, na aceção de Ausubel, uma aprendizagem significativa. Com efeito, comparando as conceções dos alunos acerca da cidade do Porto em diferentes momentos, ou seja, antes e depois da realização da visita de estudo, denota-se uma evolução qualitativa na forma como estes descrevem a cidade, nos pontos de interesse que nela conseguem identificar e destacar e nos argumentos de que fazem uso para justificar as suas opções. Além disso, com base na análise dos comentários tecidos pelos alunos, nos diversos instrumentos de recolha de informação, conseguimos ver indícios, em alguns alunos, do desenvolvimento de uma consciência histórica e de uma consciência espacial.

No domínio atitudinal, os resultados obtidos foram muito positivos, sendo que a responsabilidade, uma das graves lacunas desta turma, em contexto normal de sala de aula, foi aqui atingida com 100% de sucesso, tendo em conta a definição desta atitude por nós previamente estabelecida.

No que respeita ao papel desempenhado pelas visitas de estudo na promoção da interdisciplinaridade, pudemos verificar que o espaço urbano do Porto, local selecionado para a nossa visita, parece apresentar reais potencialidades para a efetivação de experiências de ensino integrado, permitindo casar perfeitamente conhecimentos provenientes das áreas disciplinares de História e de Geografia. Assim, através da leitura que os alunos fizeram do espaço urbano do Porto, na sequência da visita de estudo em que participaram, conseguimos de alguma forma comprovar e concretizar a confluência e complementaridade destas duas áreas do saber.

Para terminar, gostaríamos apenas de referir que, apesar das limitações que possa comportar, este estudo procura fornecer um pequeno contributo para a implementação de práticas pedagógicas, de que são exemplo as visitas de estudo, que fomentem a motivação dos alunos e consequentemente a sua predisposição para aprender.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 5 de novembro de 2013

Autor: **André Nuno Rodrigues de Sousa**

Título: ***A avaliação de competências em História no 3.º Ciclo do Ensino Básico.***

Palavras-chave: Currículo Nacional do Ensino Básico, Competências, Didática, História.

Resumo

O tema deste relatório centra-se no trabalho por competências e a avaliação do desenvolvimento das mesmas. Focalizado na análise do aproveitamento dos alunos de uma turma de História do 9.º ano de escolaridade, o presente trabalho procura compreender a eficácia das técnicas de trabalho das fontes e de compreensão e comunicação em História aplicadas em sala de aula e o reflexo obtido nas fichas de avaliação sumativa, ao longo de cinco momentos específicos.

Assim, todo o processo de ensino e de aprendizagem, intimamente ligado ao desenvolvimento das competências específicas da História, foi alicerçado no documento orientador que lhe está subjacente, o *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*. O Decreto-lei n.º 6/2001 visa um conjunto de princípios e em particular a estabilidade dos processos de avaliação e as aprendizagens e competências que se pretendia que o aluno alcançasse ao longo do seu ciclo de estudos, assim como utilizar um conjunto diversificado de instrumentos de avaliação que sejam os mais adequados à aprendizagem que se desenvolve e atender ao contexto em que ocorrem e à natureza de cada escola.

Todavia, no decorrer do nosso trabalho, o contexto legal que lhe estava subjacente foi alterado, através do despacho n.º 17169/2011, de 23 de dezembro, no qual a tutela criticou duramente o documento orientador do Ensino Básico, referindo-se a este como um documento cheio de insuficiências, que teria acabado por prejudicar o ensino. A reflexão em torno da mudança legal e a comparação entre o documento orientador e as metas curriculares com carácter normativo ainda é prematura, mas afigura-se conveniente no espaço que este trabalho encerra.

Orientadora: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro

Data das provas: 12 de julho de 2013

Autor: **Bruno Tiago Araújo da Silva**

Título: ***A coavaliação como prática pedagógica no ensino de História e de Geografia***

Palavras-chave: Avaliação, Aprendizagem, Coavaliação, Avaliação partilhada, Metacognição.

Resumo

A Iniciação à Prática Profissional pretende a formação de professores reflexivos sobre o processo de ensino-aprendizagem. Pensar a avaliação é fundamental em todos os níveis de ensino e em todas as disciplinas, não só pela importância que a avaliação representa no percurso escolar do aluno, mas também pela preponderância desta componente para o quotidiano da função docente.

A principal função da avaliação é regular a atividade do professor e do aluno no processo ensino-aprendizagem. Para o professor a análise das aprendizagens representa um *feedback* da planificação construída, daí a sua pertinência ao longo de todo o processo de ensino. Para o aluno, avaliar não deve ser classificar, pois enquanto a classificação se expressa apenas numa escala de valores, avaliar diz respeito a uma análise cuidadosa das aprendizagens, dos objetivos atingidos e dos progressos realizados. Tal como para o professor a avaliação é fundamental na identificação de lacunas, permitindo assim ao docente criar estratégias alternativas, também para o aluno a avaliação proporciona uma reflexão, orientando-os na aprendizagem a realizar.

A utilização da Coavaliação, objeto de estudo deste relatório, promove ainda uma maior partilha entre professor e alunos, transformando-a numa estratégia essencial no processo de ensino-aprendizagem.

Orientadores: Luís Alberto Marques Alves e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 12 de novembro de 2013

Autora: **Carla Alexandra Silva Ferreira**

Título: ***Venham mais Cinco Músicas para o Ensino da História e da Geografia.***

Palavras-chave: música, emoções, sentimentos, cérebro, aprendizagem, reflexão.

Resumo

Desenvolvido no âmbito da unidade curricular - *Iniciação à Prática Profissional* do Mestrado em Ensino de História e Geografia, o presente trabalho emerge a partir da reflexão, sobre um conjunto de experiências, sustentadas num quadro teórico, sobre a pertinência da música no quadro do ensino e aprendizagem da História e da Geografia, particularmente na sua componente modeladora de experiências de aprendizagem. Música, emoções, sentimentos, aprendizagem e o nosso questionamento sobre como todos estes elementos, pensados holisticamente, podem incitar a emergência de significados outros a partir de conteúdos históricos e geográficos trabalhados pelos alunos.

O nosso quadro teórico, que se inicia com um breve capítulo sobre a história da música, foi sendo construído tendo por base a perspectiva do músico e neurocientista Daniel Levitin (2007) sobre o fascínio humano pela música. Uma visão que une música e ciência e algumas considerações sobre a complexidade das relações do cérebro humano com a música. O autor oferece-nos uma teoria (aceitando, como faz questão de sublinhar, que possa um dia vir a ser substituída por uma nova verdade) que explica a relação existente entre a nossa estrutura cerebral e a estrutura musical; o significado da música e do prazer musical; e de como a música invoca em todos nós emoções, e sentimentos.

Emergiu também ao longo da construção deste trabalho, a necessidade de atentar às informações que os avanços registados (sobretudo nos últimos anos), no âmbito das neurociências, nos têm revelado. Falar de emoções e tentar perceber as suas implicações nos sistemas cognitivos, implicava também fazer referência às conceções de António Damásio e às suas ideias que preconizam que os seres humanos tendem a relembrar mais facilmente acontecimentos que envolvam componentes emocionais; que as emoções adequadas, apressam e aceleram a tomada de decisões (Damásio, 1997); e que “os sentimentos colocam um carimbo nos mapas neurais, um carimbo em que se pode ler “Preste atenção!”” (Damásio, 2003, p. 204). Negligenciar as emoções evocadas com a música, no âmbito deste trabalho, significava em nossa opinião, perder a oportunidade de abordar uma questão que nos parece de importância fulcral no âmbito da educação, sobretudo se acolhermos as ideias do autor quando afirma que as emoções desempenham um papel central e fulcral, no condicionamento das decisões, da excelência do juízo e da própria inteligência (Damásio, 1997).

Adveio posteriormente, a necessidade de uma pequena reflexão, sobre a noção de inteligência humana, ancorada no pensamento da teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner, que ao revelar a sua noção de inteligência humana, instituiu um decisivo afastamento das conceções tradicionalistas, indicando que a inteligência implica, para além da capacidade de resolução de problemas, a capacidade de criar produtos importantes num determinado contexto cultural ou determinada comunidade (Gardner, 1998). Refutando a visão unitária de inteligência, Gardner apresenta-nos uma visão de inteligência mais abrangente, que engloba sete inteligências (musical, cinestésica, lógico-matemática, linguística, espacial, interpessoal e intrapessoal), contendo implicações que abrem novas possibilidades em educação, e alternativas a todos os que estão envolvidos com as práticas educacionais.

A consciência sobre a necessidade de descrever o quadro concetual, que orientou a nossa experiência, impulsionou por fim o entrelaçar de algumas considerações sobre a ideia do professor

reflexivo, que pensa, reflete e interroga-se sobre a sua prática e ação, contribuindo deste modo, para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Dito isto resta-nos acrescentar que, lançamo-nos neste desafio, tentando perceber e verificar se a música, (considerada de forma ampla e englobando também a canção) em contexto de sala de aula poderia conduzir, ou não, ao despertar de uma aprendizagem significativa. Abraçamos ainda, num esforço de clarificação da questão principal, um outro conjunto de questões como: i) a música contribuiu para a modelação das perceções afetivas e atitudes dos alunos, em contexto de sala de aula; ii) qual o contributo desempenhado pela música, em contexto de sala de aula; iii) quais as opiniões dos alunos, sobre a utilização da música, nas aulas de História e Geografia?

Recorremos, para o efeito, à recolha de dados e informação, através de um inquérito por questionário, escala de diferencial semântico e um inventário de sensações, objetivando-se uma melhor apreciação das opiniões dos alunos, sobre a utilização da música em contexto de sala de aula. O tratamento estatístico, essencialmente descritivo, a análise de conteúdo das informações recolhidas, e as nossas considerações sobre as perceções da realidade dos ambientes de sala de aula que vivenciamos, possibilitou-nos o encontro de algumas respostas à luz dos objetivos deste estudo, que sugerem que a música oferece múltiplas potencialidades ao processo, nomeadamente enquanto recurso inovador e diferente, enquanto elemento despoletador do interesse e atenção dos alunos, sendo que, e a par estes reconheceram que a música contribuiu significativamente para a facilitação das suas aprendizagens.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 25 de novembro de 2013.

Autora: **Carla Patrícia Freixo Ribeiro**

Título: ***O Trabalho de Grupo Cooperativo nas disciplinas de História e de Geografia***

Palavras-chave: Didática da História, Didática da Geografia, Aprendizagem cooperativa, Diferenciação pedagógica.

Resumo

A aprendizagem cooperativa apresenta-se como uma alternativa ao método tradicional expositivo, ainda muito utilizado no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula. Atualmente, ensinar significa muito mais que a mera transmissão de conhecimentos científicos e específicos de uma determinada disciplina, envolvendo a transmissão de atitudes e a prática de procedimentos para o exercício de uma cidadania ativa e responsável. Na Escola, o compromisso e a responsabilidade para com o *Outro* assumem uma perspectiva preponderante na formação integral do aluno e necessária para a vida em comunidade.

Neste sentido, e no âmbito do estágio pedagógico que realizámos, desenvolvemos uma atividade em trabalho de grupo cooperativo nas disciplinas de História e de Geografia, de forma a dotar os alunos de competências que lhes permitam desenvolver momentos de integração e interação com os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, conduzindo-os a uma participação ativa na construção do saber e a uma reflexão crítica sobre as ações individuais e coletivas. Tendo como referencial da nossa formação inicial de professores a necessidade de incrementar um ensino que valorize os diferentes estádios de desenvolvimento e respeite os diferentes ritmos de pensamento e ação, abordamos na nossa investigação a metodologia da diferenciação pedagógica, associando-a à aprendizagem cooperativa colocada em prática.

Após a aplicação do nosso estudo de caso foi possível inferir que o trabalho de grupo cooperativo é uma metodologia que favorece o envolvimento ativo do discente no processo de ensino-aprendizagem, a partilha de conhecimentos e capacidades e, ainda, o desenvolvimento de aprendizagens significativas.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 8 de novembro de 2013

Autor: Daniela Filipa Vidal de Almeida

Título: “A Paisagem no ensino de História e de Geografia: o ser humano como agente transformador da Paisagem”

Palavras-chave: Paisagem; Ser humano; Transformação da Paisagem; Bombardeamentos em Londres (*Blitz*); Central Park; Fotografia.

Resumo:

Pretendeu-se com este trabalho que a Paisagem fosse convenientemente explorada pelos alunos, e que fosse ainda devidamente valorizada, uma vez que a Paisagem encerra em si uma importância ambiental, patrimonial e cultural que deve ser devidamente trabalhada com os estudantes, não só Ensino Básico, mas também do Ensino Secundário.

Assim, o trabalho em questão intitula-se “A Paisagem no ensino de História e de Geografia: o ser humano como agente transformador da Paisagem”, e é o culminar de 9 meses de trabalho na Escola Básica, 2.º e 3.º Ciclo, Gomes Teixeira, no Concelho do Porto. Este trabalho foi assim desenvolvido junto de duas turmas do 9º ano (turma Y e turma W). A escola em questão localiza-se no Concelho do Porto, na Freguesia de Massarelos, sendo uma instituição de centro urbano, concentrando assim, um conjunto muito diverso de alunos.

Sendo a importância da Paisagem indiscutível, na Geografia, pretendeu-se também demonstrar que o estudo da Paisagem é igualmente possível e importante em História, constituindo um aspeto útil e interessante para estudar, com os alunos, o desenvolvimento e a evolução do ser humano, ao longo do tempo. Naturalmente, não é possível estudar o Homem de forma isolada. É imprescindível estudá-lo, no espaço, pois a evolução do ser humano fez-se sempre num determinado território. Portanto, o território e o Homem são duas variáveis que não se podem estudar isoladamente, nem em Geografia nem em História. Por isso, é que a Paisagem permite estudar o Homem e a sua evolução, uma vez que as Paisagens sejam elas naturais ou humanas, possibilitam aprender História e Geografia, de uma forma mais motivadora e atrativa.

O quadro teórico foi dividido em dois capítulos, ou seja, o trabalho foi iniciado com o estudo da Paisagem, mais especificamente a “Ideia de Paisagem”, onde se fez uma abordagem genérica desta questão. Posteriormente, procedeu-se à análise dos Currículos de História e de Geografia, e dos respetivos programas, sintetizando-se a informação analisada e identificando os grandes temas, os subtemas e as alíneas, em que a Paisagem está presente. Na parte empírica, deu-se início à “abordagem à Paisagem no 3.º Ciclo do Ensino Básico”, tendo como base a aplicação feita às turmas W e Y do 9º ano. Desta forma, foram tratadas as questões metodológicas, ou seja, o Homem como agente transformador da Paisagem, que se tratou junto dos alunos através: de imagens alusivas aos bombardeamentos da cidade de Londres, durante a 2.ª Guerra Mundial, na turma W (História) e do Central Park, junto da turma Y (Geografia). Foram ainda alvo de atenção os instrumentos usados para a recolha de dados, onde a fotografia tomou um lugar central, a seleção e caracterização da amostra e por fim, procedeu-se à análise e interpretação dos dados recolhidos.

Com o trabalho desenvolvido junto dos alunos, pretendeu-se dar resposta a duas questões centrais: em primeiro lugar, apurar se “os alunos conseguem identificar a transformação feita pelo Homem, nas Paisagens” e “como é que os alunos percebem a intervenção do Homem, nas Paisagens”.

Tanto na turma W como na turma Y, verificou-se que todos os alunos conseguiram identificar a Paisagem em estudo, ou seja, conseguiram perceber que as Paisagens retratadas, nas fotografias são Paisagens Humanas. Esta distinção poderia ser fácil, no caso da disciplina de

História, uma vez que nas fotografias vê-se uma cidade, com prédios, ruas, pontes ou meios de transporte. Portanto, é relativamente simples perceber que se trata de uma Paisagem Humana, devido aos elementos presentes nas imagens. No entanto, no caso dos dossiers de Geografia, onde os alunos estudaram o Central Park, não é tão fácil classificar a Paisagem em análise, uma vez que os elementos que formam esta Paisagem, tal e qual a conhecemos hoje, remete-nos para uma Paisagem Natural em bruto, ou seja, esta é uma área que copia fielmente a vegetação e o solo de um espaço verdadeiramente natural. Mesmo assim, verificou-se que todos os alunos conseguiram responder com sucesso a esta questão, uma vez que todos os estudantes classificaram a Paisagem como Humana.

Relativamente à segunda questão de partida colocada “Como é que os alunos percebem a intervenção do Homem nas Paisagens?” verificou-se que perante um bom e um mau exemplo da transformação da Paisagem, pelo Homem, nem sempre é possível prever os resultados que vamos obter.

No caso da disciplina de Geografia, era relativamente fácil prever que a maioria dos alunos estaria de acordo com aquele tipo de transformação, uma vez que o espaço estudado passou de um espaço ocupado por habitações degradadas, para um espaço de lazer e de ócio, sendo atualmente um dos pontos turísticos de Nova Iorque, e o cenário de vários filmes, livros e videogames. Mais difícil de prever seria o facto de alguns alunos conseguirem ver aspetos positivos nos bombardeamentos sofridos pela Inglaterra, entre 1940 e 1941. Sendo este um acontecimento marcante, responsável não só pela destruição de parte de uma nação, mas também pela morte de 60 000 pessoas, só no Reino Unido, era difícil prever que algum especto positivo fosse extraído desta batalha. Esta capacidade de os estudantes identificarem aspetos positivos, em um acontecimento tão terrível, poderá evidenciar a sua própria capacidade de adaptação às situações mais adversas que vão surgindo, uma vez que alguns alunos, da turma W, já passaram por situações dolorosas, apesar da sua curta vivência.

De salientar, no entanto, a opinião dos alunos quanto à perda de Paisagens, pela mão do ser humano. No grupo II de ambos os dossiês (tanto de História como de Geografia) era questionado aos alunos o que seria mais “grave o Homem fazer: destruir uma paisagem natural (por exemplo o Parque Nacional da Peneda Gerês) ou destruir uma paisagem humana (por exemplo a cidade de Lisboa)”. Tendo em conta as respostas dos 38 alunos que responderam às questões levantadas pelos dossiês, verificou-se que 58% da amostra, consideram mais grave a destruição de uma Paisagem Natural, enquanto, apenas 24% da amostra consideraram a perda de uma Paisagem Humana mais preocupante. Para além disso, 5% da amostra considerou que ambas as perdas são críticas e 13% dos alunos não responderam à questão em análise. Mesmo os alunos que estudaram a transformação/destruição de uma Paisagem Humana, mais especificamente o 9ºW, ficaram divididos quanto ao que seria a perda mais grave: uma Paisagem Humana ou uma Paisagem Natural, uma vez que 38% da amostra considerou mais grave a destruição de uma Paisagem Humana e outros 38% dos alunos considerou mais grave a destruição de uma Paisagem Natural. De referir ainda que 5 alunos não responderam à questão colocada. Já na turma Y, 82% dos alunos foram unânimes e consideraram mais grave a destruição de uma Paisagem Natural, enquanto 12% da amostra considerou que ambas as perdas eram graves e apenas 6% da amostra, considerou mais grave a perda de uma Paisagem Humana. Pode-se concluir assim, que independentemente de os alunos terem estudado as consequências terríveis da destruição de uma Paisagem Humana, como uma cidade, o que prevalece é a sua própria conceção de gravidade, bem como o que cada um considera mais vital para a sobrevivência do ser humano: uma cidade ou uma paisagem natural.

Assim, a forma como os alunos percecionam a intervenção, a transformação e a destruição das Paisagens, pelo Homem, é muito relativa e depende de múltiplos fatores: se a intervenção melhorou ou não a paisagem; se da intervenção podemos retirar algum especto positivo, os propósitos subjacentes à intervenção ou se o espaço intervencionado é vital para a sobrevivência do ser Humano. Portanto, não foi possível, através dos recursos criados e aplicados, responder à segunda questão de partida colocada.

Apesar de se ter conseguido incorporar o estudo e o trabalho da Paisagem, no 9º ano de escolaridade, tanto na disciplina de Geografia, como na disciplina de História, e dos alunos terem aderido bem ao estudo desta temática, a verdade é que não se conseguiu responder à segunda questão de partida formulada, ou seja, perceber como é que os alunos percecionam a intervenção do Homem nas Paisagens. Isto é, as questões feitas aos estudantes e as respostas dadas não foram suficientes para chegar a uma conclusão, relativamente a este debate. Isto, porque existem várias variáveis que condicionam a percepção dos alunos, como por exemplo: “se a intervenção melhorou ou não a paisagem; se da intervenção podemos retirar algum aspeto positivo, os propósitos subjacentes à intervenção ou se o espaço intervencionado é vital para a sobrevivência do ser Humano”.

No entanto, é preciso ter em conta que os resultados obtidos neste estudo estão diretamente relacionados com a amostra trabalhada, ou seja, com os alunos da turma W e da turma Y do 9º ano, uma vez que os alunos destas turmas proveem de contextos muito específicos.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 12 de julho de 2013

Autora: **Daniela Primo Ferreira de Oliveira**

Título: ***As potencialidades da revista National Geographic no ensino da História e Geografia***

Palavras-chave: Aprendizagem, Revista Temática, National Geographic, História, Geografia.

Resumo

O presente estudo desenvolveu-se no ambiente real da sala de aula, de acordo com uma abordagem construtivista da aprendizagem da História e da Geografia, com o intuito de aferir a percepção, o interesse e a motivação dos alunos acerca do uso didático da revista *National Geographic* no ensino destas áreas do saber.

As estratégias de ensino e aprendizagem têm sido um dos alvos de interesse da educação, em geral, e das Didáticas em específico, mas a sua utilização nestes domínios do conhecimento, como é evidente, não é recente. De facto, reflexões em torno das estratégias de ensino remontam às origens da própria educação (Novak, 1998). Todavia, só mais recentemente é que as estratégias de ensino/aprendizagem assumiram formalmente destaque como elemento constitutivo do processo educativo, fundamentalmente para propiciar a realização de aprendizagens por parte dos alunos.

Mas, genericamente, pode-se afirmar que se o professor pretende que o seu ensino seja efetivo, deve escolher estratégias que proporcionem a mais ativa participação dos alunos, um elevado grau de realidade ou concretização e um maior interesse pessoal ou envolvimento dos alunos.

Atendendo ao paradigma construtivista da aprendizagem, procurámos refletir sobre a múltipla função da revista temática enquanto recurso didático. Esta permite, a par com a imagem e com o documentário, enquadrar o sistema de ensino nos desafios da atual sociedade de informação e conhecimento, onde as tecnologias de informação e a linguagem audiovisual se apresentam como recursos orientados para a exploração do mundo e onde o professor tem um papel moderador preponderante.

Dada a natureza pluridisciplinar da revista temática *National Geographic*, aliada à combinação do documentário e da imagem, pretende-se que esta promova uma abordagem mais interativa, motivadora e próxima dos ambientes de aprendizagem dos alunos, pelo que se admite como facilitador do desenvolvimento do processo da aprendizagem.

Este projeto, em particular, teve a especial preocupação de dar o seu contributo na resposta a estes desafios. Desta forma, todo o processo de ensino e aprendizagem encontra-se condicionado pela quantidade de informação proveniente dos meios de comunicação que poderá ser um elemento mais prejudicial do que facilitador, caso esta informação não seja alvo de uma análise crítica por parte do aluno. Exige-se, pois, uma “forma de conhecer mais crítica, mais reflexiva” (Gonzalez, 1999, p. 77). Todos estes fenómenos e alterações obrigam, pois, a um repensar do sistema educativo em vigor, reformulando não só os seus conteúdos, como as práticas pedagógicas em curso.

Os argumentos anteriormente apresentados tornam claro que as revistas temáticas podem ser um valioso recurso didático para o ensino formal da História e da Geografia. Neste sentido, acredita-se que o recurso a notícias sobre assuntos científicos presentes nos *media* e nas revistas temáticas, em particular, deve assumir um maior protagonismo nas aulas de História e Geografia, de modo a encorajar os alunos a ler as revistas e a favorecer a sua capacidade de as ler com um olhar crítico, contribuindo, assim, para a sua formação quando se tornarem cidadãos ativos e de pleno direito.

Sendo a *National Geographic* uma revista temática de amplo reconhecimento editorial, acompanhadas com ótimas fotografias e documentários, e produzida por apaixonados por

Geografia e História de diferentes áreas, torna-se uma das conhecidas e respeitadas revistas temáticas do mundo. A sua sintonia com momentos históricos e geográficos vivenciados pela Humanidade, a sua objetividade, pertinência e a frequência com que os seus conteúdos científicos geográficos e históricos são atualizados, permite trazer para a sala de aula representações de diferentes espaços mundiais, levando que a Educação vá mais além da reflexão das necessidades da sociedade em que está inserida.

A exploração da *National Geographic* permitirá desenvolver ferramentas intelectuais bastante úteis para reconstruir o passado, compreender o presente e perspetivar o futuro. Poderá vir a contribuir para que os alunos compreendam melhor a pluralidade dos modos de vida, sensibilidades e valores em diferentes tempos e espaços. Proporcionará também ao professor, que produzindo estratégias didáticas e metodológicas, as irá transformar numa importante ferramenta de investigação e instrumento de alfabetização dos alunos, permitindo inspirá-los, para que estes trabalhem em parceria na melhoria do processo de ensino-aprendizagem, motivados a fazerem mais e melhor, geograficamente e historicamente, dentro e fora das salas de aula.

Para tal, o presente estudo foi aplicado com o propósito de averiguar qual a relevância atribuída pelos alunos ao uso da revista *National Geographic* como recurso de aprendizagem nas disciplinas de História e Geografia, e desenvolvido com um grupo de alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico.

Foram delineados alguns objetivos primordiais expectando-se o seu cumprimento, tais como demonstrar que as revistas temáticas constituem uma fonte de informação bastante rica para a compreensão do mundo que nos rodeia; mostrar aos alunos que as revistas temáticas, nomeadamente a revista *National Geographic*, é um recurso motivador no processo de ensino e aprendizagem dos alunos; levar os alunos à construção do seu pensamento crítico, em História e Geografia, a partir de uma panóplia de fontes e informação distribuída e sobretudo estimular hábitos de leitura dos alunos, e que consideramos que tenham sido devidamente alcançados.

A utilização dos novos recursos didáticos e novas fontes de conhecimento histórico e geográfico, levaram a que os alunos desenvolvessem novas competências como aprender a analisar, interpretar e avaliar novas fontes, relacionadas com as competências inerentes à problematização do objeto de estudo. A maioria dos alunos que participou nas aulas de História ou Geografia em que os conteúdos lecionados com recurso à *National Geographic*, ou excertos da mesma, mencionaram gostar das aulas, argumentando que a aprendizagem dos conteúdos é mais interessante e completa e que as aulas se tornam mais interessantes e motivadoras.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 22 de novembro de 2103

Autor: **Flávio António Soares do Couto**

Título: ***Experiências de Aprendizagem em História e Geografia para uma Educação Global: as Representações Sociais dos Alunos***

Palavras-chave: Ensino; História; Geografia; Representações Sociais; Cooperação Internacional; Desenvolvimento; Desenvolvimento Sustentável.

Resumo

O trabalho foi desenvolvido no contexto de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A investigação centrou-se no estudo das Representações Sociais dos alunos acerca do conceito de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/Desenvolvimento Sustentável.

Este trabalho encontra-se organizado em duas partes: a primeira de enquadramento teórico e a segunda de fundamentação metodológica e empírica.

No enquadramento teórico apresentamos uma definição para Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a sua evolução histórica e explicitamos alguns conceitos convergentes com esta noção. Exploramos igualmente alguns vetores significantes do conceito de representações sociais e realizamos uma abordagem à sua importância para o ensino. Por fim, fundamentamos os conceitos referidos na perspectiva dos documentos oficiais/oficiosos da educação Histórica e Geográfica em Portugal.

Relativamente à parte de fundamentação metodológica e empírica deste trabalho, esta insere-se num contexto de estágio pedagógico realizado no ano letivo 2012/2013, nas áreas disciplinares de História e Geografia, na Escola de 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico Gomes Teixeira (Porto).

Os instrumentos de recolha de dados levados a cabo neste estudo são de natureza *mista*, na medida em que tanto a metodologia de tratamento, como a análise destes instrumentos, têm tanto uma essência quantitativa, como qualitativa. O facto de termos optado por elaborar instrumentos de recolha de dados *mistos*, está relacionado com a necessidade de interpretar informações de um modo mais sistemático e direto (quantitativo), mas também mais pormenorizado (qualitativo).

A análise e interpretação dos dados recolhidos na nossa investigação revelaram que os inquiridos estudados, estabelecem uma conexão entre a essência da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e as noções de ajuda e de auxílio. No entanto, quando o paradigma do Desenvolvimento Sustentável é vinculado ao de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento esta passa a manifestar-se de formas distintas. Assiste-se a alterações na dimensão/alcance da Cooperação, assim como a diferenças nos motivos e nos tipos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Para além disto, quando se trata de alterar os hábitos da vida quotidiana e/ou futura dos alunos, nota-se uma maior resistência nas suas convicções.

Com o conhecimento das representações sociais dos alunos acerca da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/ Desenvolvimento Sustentável, os docentes terão à sua disponibilidade novos meios, que auxiliarão a aplicação de estratégias interdisciplinares entre as disciplinas de História e Geografia, e que contribuirão para a promoção de uma postura crítica por parte dos alunos. Mais do que uma mudança nas concepções, promoveriam uma mudança de atitudes perante as problemáticas em estudo, de modo a desenvolverem uma consciência de cidadania universal nos discentes, a apurar o seu espírito crítico e deste modo contribuir para uma constante otimização do ato educativo.

Em última instância, pretende-se que o conhecimento das representações sociais e a sua operacionalização, expostos no presente trabalho, contribuam para uma maior descentralização dos problemas educacionais, de modo a impulsionar uma constante otimização do ato educativo.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 30 de outubro de 2013

Autor: **Marco André Ribeiro de Pinho**

Título: ***TPC: Estratégia Modelo ou Método Pesadelo?***

Palavras-chave: Trabalho de Casa; TPC; Autorregulação; História; Geografia

Resumo

O TPC é uma estratégia que, apesar de comumente utilizada pelos professores nas escolas, não carece da devida atenção por parte destes. O presente relatório pretende refletir sobre a sua utilização, e verificar se existe uma relação entre a realização de TPC e as melhorias dos resultados às disciplinas de História e de Geografia.

A importância do TPC é também abordada neste relatório, sobretudo em relação aos processos autorregulatórios e ao seu papel educacional, e não apenas instrutivo do TPC.

Ao longo deste relatório, o TPC apresenta-se ainda como uma estratégia modelo que, apesar de não ser “milagreira” devido às inúmeras variáveis que poderão deitar por terra as suas vantagens educativas, pretende ser um complemento para aumentar o rendimento escolar dos alunos.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 21 de novembro de 2013

Autor: **Miguel Ângelo Alves Gomes Pinho da Rocha**

Título: ***A educação geográfica e histórica na assunção da cidadania***

Palavras-chave: Educação; Cidadania; Direitos / Deveres humanos; Valores; Educação Geográfica; Educação Histórica.

Resumo

Educar para a cidadania é fundamental na Contemporaneidade, dada a complexidade sociocultural em que vivemos. Urge, assim, uma formação do caráter dos nossos alunos, transversal a todas as disciplinas e níveis de ensino, promovendo-se os ideais democráticos, baseados na universalidade dos direitos e deveres humanos. Como tal, cabe ao professor, levar os discentes à adoção de boas condutas, na medida em que estes se afiguram enquanto futuros cidadãos responsáveis e participativos.

Não existindo um conceito pragmático e assertivo de “educação” e de “cidadania”, dada a sua complexidade teórica, investigar sobre estes dois conceitos no período limitado de um estágio pedagógico em História e Geografia, afigurou-se, evidentemente, uma tarefa em nada simples. Por conseguinte, e em virtude da transversalidade de uma educação cívica, alegada no currículo nacional e na própria Constituição portuguesa, o presente trabalho sustentou-se em referenciais teóricos que auxiliaram o delineamento de todo o seu processo investigativo.

Neste sentido, enquadrámos este estudo de caso através do desenvolvimento de situações de processo ensino/aprendizagem, sempre direcionadas para a assunção da cidadania. Tendo sido experimentadas numa amostra de quatro turmas do 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário, a utilidade daquelas viria a ser testada com a aplicação de inquéritos por questionário. Ao serem os instrumentos de recolha de dados de eleição utilizados nesta investigação, os inquéritos comprovaram, consequentemente, a “essência cívica” dos conteúdos geográficos e históricos abordados, bem como a concetualização de cidadania que os alunos adquiriram através destes mesmos conteúdos.

Portanto, os pressupostos e objetivos desta dissertação basearam-se, essencialmente, na opinião expressa dos alunos nos questionários. Curiosamente, o processo de análise e tratamento dos dados obtidos, declarou, em particular, uma similitude no que respeita à concetualização de cidadania por parte dos inquiridos, independentemente do ciclo de estudos ou disciplina (Geografia ou História) em que estavam inseridos.

Orientadoras: Olga Maria de Sousa Lima e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: Doze de julho de dois mil e treze.

Data das provas: 13 de junho de 2013

Autor: **Pedro Miguel Neto Oliveira Fernandes**

Título: ***O Retrato Social de Portugal em História e Geografia – o uso do documentário em sala de aula***

Palavras-chave: Audiovisual na escola; Documentário; Educação; Geografia; História.

Resumo

Os alunos, desde muito cedo, são confrontados com a realidade tecnológica enquanto fonte de lazer mas também de informação. Assim, importa trazer os meios audiovisuais existentes na esfera discente para o meio escolar. De entre os meios audiovisuais suscetíveis de serem utilizados, os documentários assumem especial importância pela capacidade informativa e meio atrativo de revelar a mesma. Não obstante, não podemos descurar que o documentário expressa o entendimento do realizador. Cabe ao docente, enquanto mediador, alertar para esse facto, contextualizar a elaboração do documentário e alertar para as perspetivas existentes.

De forma a aferir da importância dos documentários no ensino, na prática pedagógica supervisionada, utilizei vários documentários dando especial ênfase ao documentário *Retrato social – ganhar o pão* do autor António Barreto, realizando uma ficha de trabalho. Após a análise da mesma, é possível inferir que os documentários são importantes recursos didáticos e devem ser utilizados na edificação do processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 17 de julho de 2013.

Autor: **Tiago Fernandes da Silva**

Título: ***A Fotografia no Ensino da História e Geografia***

Palavras-chave: Fotografia; Ensino; Interpretação.

Resumo

Esta investigação resulta do trabalho desenvolvido na Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, no ano letivo de 2012/2013. A nossa preocupação passou pela utilização da fotografia nas disciplinas de Geografia e História.

No enquadramento teórico, procurámos conhecer a história da fotografia; as propostas de trabalho desta fonte na Geografia e na História; e o uso dado no manual escolar adotado e nos programas curriculares.

No enquadramento metodológico, aplicámos o nosso instrumento de avaliação, onde os alunos interpretando a mesma fotografia, em diferentes momentos de análise (separados pelo estudo, discussão e troca de ideias na sala de aula) buscavam a função descritiva (na Geografia) e a função narrativa (na História).

Para a avaliação das respostas dos alunos, usamos uma gradação do conhecimento em três níveis – pré iconográfico, iconográfico, e iconológico – tal como proposto por Erwin Panofsky.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 22 de novembro de 2013

Autor: **Tiago Moreira Fernandes da Silva**

Título: ***A importância do caderno diário no ensino-aprendizagem de História e de Geografia***

Palavras-chave: *Caderno diário, História, Geografia, Autonomia dos alunos, Avaliação.*

Resumo

Elemento tradicional nas escolas, a presença dos cadernos diários nas salas de aula passa, atualmente, quase despercebida, fruto da naturalidade com que estes são utilizados.

Desta forma, para perceber qual a importância efetiva desta ferramenta escolar na aprendizagem dos alunos, desenvolvemos este trabalho no contexto de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia.

Neste sentido, através da aplicação de um inquérito por questionário e da análise dos cadernos diários de História e de Geografia de uma turma do 9.º ano, recolhemos dados que nos permitiram traçar uma comparação entre as classificações destes alunos nas disciplinas de História e de Geografia e os seus respetivos cadernos, estabelecendo relações que possam explicar os dados obtidos.

Assim, o objetivo deste trabalho passa por compreender a relação entre o empenho que os alunos dedicam à organização dos seus cadernos diários, em História e em Geografia, e o aproveitamento alcançado nestas disciplinas.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 21 de novembro de 2013

Autor: **Vitor José de Oliveira Fontes**

Título: ***O Potencial Didático dos Mitos e das Lendas na Educação Histórica***

Palavras-chave: Mitos e Lendas; Imaginação Histórica; Didática da História; Educação Histórica

Resumo

Ensinar História é “*contar aquilo que aconteceu*”. Esta é a ideia dominante acerca da missão da educação histórica e da sua principal vocação. Ensinar História é contar histórias, perpetuando no tempo e na memória, individual e/ou coletiva, os homens que viveram antes do instante que se narra e os seus feitos. Por isso se considera que a história deriva da narrativa, não se definindo por um objeto de estudo, mas por um tipo de discurso. Na verdade, esta conceção da história enquanto narrativa tem sido um dos temas mais controversos e apaixonantes do debate epistemológico da historiografia, sobretudo a partir do século XIX.

De facto, a compreensão do posicionamento de maior ou menor distanciamento da História em relação às narrativas míticas ou lendárias torna incontornável a discussão em torno do posicionamento da própria História enquanto ciência ou enquanto disciplina literária. Note-se que, até ao século XIX, os mitos, as lendas e os contos sempre foram considerados para efeitos de produção do conhecimento histórico, sendo tão difícil distinguir “realidade” e “ficção”, “verdade” e “falsidade”, quanto traçar as fronteiras entre discurso dito histórico e o discurso mítico, lendário ou imaginário. Só a partir do século XIX é que a História, agora feita ciência social, com um *corpus* metodológico bem definido e blindado, passou a repudiar as narrativas (orais ou escritas) de natureza ficcional ou imaginada, temendo a sua despromoção por contaminação da fantasia. Mais recentemente assistimos a um reencontro da História com as narrativas imaginadas e fantasiosas, que voltam a ser consideradas para efeitos de produção do conhecimento histórico e da sua divulgação.

São muitos os que defendem a importância de um *regresso à narrativa*, reconhecendo a importância que ela pode ter na construção e divulgação do conhecimento histórico. Este relatório traduz a vontade de demonstrar o valor das narrativas ficcionais, de que os mitos e as lendas são excepcionais exemplos, no processo de ensino e aprendizagem da História. Embora reconheçamos as suas limitações ao nível da representação do real, estas narrativas (orais e/ou escritas) são poderosos instrumentos que nos possibilitam criar as nossas próprias representações do tempo histórico. Acreditamos que os professores de História têm, neste processo, uma responsabilidade especial que advém da nossa profunda convicção de que somos “construtores de imaginários”. Esta é a razão que nos leva a fazer a apologia de uma pedagogia do imaginário.

Lembremos José Mattoso (1997) na sua obra “*A Escrita da História*”, quando afirma que a busca da positividade em História não deve esquecer que “*ela só alcança o passado por intermédio de sinais e representações mediadoras da realidade e não por um exame direto da própria realidade. Esses sinais são as marcas da passagem do Homem, mas são também as próprias representações verbais ou mentais que permitem escolher entre eles os que são considerados representativos. A história é, portanto, uma representação de representações. É um saber, e não propriamente uma ciência.*” Assim, a História não pode ignorar o estudo das narrativas míticas, das lendas e dos contos enquanto representações da realidade, de um certo modo de viver e de pensar, de um imaginário colectivo fundamental para a compreensão do passado. Para Mattoso, a memória coletiva baseia-se numa reconstituição imaginária, mítica, mesmo quando resulta da transmissão escolar, porque condiciona, muitas vezes, os comportamentos coletivos.

No entanto, o uso de narrativas ficcionais como estratégias de ensino e aprendizagem é um processo difícil, complexo e delicado, desde logo porque a seleção de uma narrativa ficcional

(por exemplo, mito, lenda, ou conto) exige uma reflexão profunda, quer do ponto de vista literário, quer histórico, que deverá ser sustentada num rigoroso trabalho de investigação e cruzamento com outras fontes. Existe um conjunto de diferenças entre as histórias e a História apresentada nos manuais, desde logo, porque as histórias são mais próximas da vida real; focam as consequências dos eventos históricos nas pessoas de vários níveis sociais; usam muitas vezes o humor para descrever as pessoas e os acontecimentos; relatam tomadas de posição das pessoas, escolhas, perante acontecimentos e factos históricos, estimulando assim o pensamento crítico. Por esta razão, o papel do professor é vital para criar as condições que garantam que os alunos passem de uma dimensão mais emotiva, a da história, para uma dimensão mais analítica de outras fontes, para a interpretação da História. Deste modo, as narrativas podem ser usadas de múltiplas formas, apresentando diversas versões de um facto e/ou acontecimento histórico, o que ajuda os jovens a compreenderem que não há apenas uma versão correta do passado e que a sua compreensão exige um estudo rigoroso de diversas fontes. Outro dos méritos desta estratégia é a sua capacidade para ajudar os alunos a dar sentido ao que aprendem, a aprofundá-lo e integrá-lo no que já sabem; ajudar os alunos a explorar as fronteiras entre imaginação e realidade.

Neste relatório reportamos o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio pedagógico da componente de prática de ensino supervisionada da unidade curricular de iniciação à prática profissional na área disciplinar de História, realizado na Escola Secundária de Paredes, no ano letivo 2012/2013.

O nosso objetivo foi procurar compreender qual o potencial didático dos mitos e as lendas no processo de ensino e aprendizagem de História e construção do conhecimento histórico entre os jovens.

Este relatório encontra-se organizado em duas partes: a primeira de enquadramento teórico-metodológico e a segunda de apresentação dos resultados do estudo empírico.

No primeiro capítulo, procuramos clarificar a natureza dos conceitos, funções e significados dos mitos e das lendas, explorando o posicionamento da História face às narrativas ficcionais em perspetiva histórica e dando especial atenção à singularidade da historiografia portuguesa.

No segundo capítulo, refletimos sobre o potencial didático dos mitos e das lendas na educação histórica, defendendo uma prática pedagógica que valorize e potencie o pensamento imaginário dos nossos alunos. Além disso, apresentamos alguns princípios e orientações metodológicas que consideramos fundamentais para a sua utilização nas aulas de História.

No terceiro capítulo, apresentamos o enquadramento e opções metodológicas por nós utilizadas no processo de ensino e aprendizagem e um conjunto de intervenções educativas que exploram o potencial didático destas narrativas ficcionais nas aulas de História, nas suas múltiplas possibilidades: enquanto recurso, motivação, situação-problema e instrumento de avaliação das aprendizagens, expondo os resultados do nosso estudo empírico.

Assim, acreditamos no enorme potencial que a utilização dos mitos e das lendas podem ter como motivação para a educação histórica e como recurso para a promoção de aprendizagens verdadeiramente significativas para os alunos, estimulando a imaginação histórica e contribuindo para uma interpretação e apreciação crítica e lúcida das narrativas ficcionais.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 1 de novembro de 2013

Curso de Mestrado em História Contemporânea

Autor: **Pedro Almeida Leitão**

Título: «*Please call me Co'burn*». *A Cockburn Smithes e a marca Special Reserve no mercado inglês de vinho do Porto (1962-1976)*

Palavras-chave: Cockburn, Cockburn's Special Reserve, vinho do Porto, marketing.

Resumo

No contexto da grave crise das exportações vivida no sector comercial do vinho do Porto desde a II Guerra Mundial e da superação dessa crise ao longo dos anos sessenta, estudámos o percurso da Cockburn Smithes, uma firma exportadora de Gaia, também estabelecida em Inglaterra, prestando particular atenção ao período de recuperação e crescimento, entre 1962 e 1976.

Recorremos sobretudo ao arquivo da empresa (localizado em Gaia, nos antigos armazéns da Cockburn's), levantando fontes de diversos tipos, resultantes da laboração diária da firma durante aquele período: correspondência trocada entre diretores e gestores dos dois escritórios da empresa (em Portugal e em Inglaterra), relatórios departamentais, propostas comerciais, notas administrativas, documentos contabilísticos vários, circulares internas, etc. Cruzámos, sempre que possível, estas fontes com outras externas à empresa. Tentámos, assim, compreender a resposta dada pela organização e pelos seus órgãos de poder às profundas mudanças operadas ao longo do período estudado no seu meio envolvente e no principal mercado de exportação, a Inglaterra.

Alvo de um *takeover* em 1962, movido pelo grupo empresarial britânico Harveys of Bristol, foi inserida nesta estrutura que a Cockburn's procurou novas estratégias para reconquistar uma posição de liderança no estagnado mercado inglês de vinho do Porto. A inserção no grupo Harveys foi decisiva na criação da marca *Cockburn's Special Reserve*, um vinho *premium* que, lançado em 1969, catapultou a firma para a dianteira daquele mercado na década seguinte. Analisámos a forma como a Cockburn's viveu todas estas transformações, as relações entre os escritórios do Porto e de Bristol, bem como as posições e o papel dos diretores da empresa em Portugal.

Orientador: Gaspar Manuel Martins Pereira

Data das provas: 21 de outubro de 2013

Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento

Autor: **Diogo Nuno Machado Pinto Faria**

Título: ***A Chancelaria de D. Manuel I. Contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais***

Palavras-chave: Chancelaria, D. Manuel I, burocracia régia, sociedade política, prosopografia

Resumo

A renovação da história política do Portugal medieval passou, em larga medida, pelo estudo sistemático dos registos da *Chancelaria régia*. Tendo como obra de referência *O Desembargo Régio (1320-1433)*, de Armando Luís de Carvalho Homem, foram desenvolvidos na Universidade do Porto vários trabalhos sobre as chancelarias de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II que se debruçaram, fundamentalmente, sobre três aspetos: a) a tipologia dos documentos emitidos pelos monarcas; b) a estrutura da administração associada à redação dos diplomas; c) a oficialidade responsável pela elaboração dos atos. Este projeto de mestrado insere-se nesse programa historiográfico e partilha o seu quadro teórico.

A dimensão do objeto de estudo – a *Chancelaria de D. Manuel I* é constituída por 46 livros – obrigou a que o *corpus* documental da dissertação fosse restringido. Porventura, a solução mais natural seria optar por estudar exaustivamente um curto período de tempo. O caminho escolhido foi diferente, pois passou pela análise de quatro anos não consecutivos do reinado de D. Manuel: 1496, 1504, 1512 e 1521. Apesar de esta amostra, estatisticamente, não ser representativa da totalidade do reinado, pareceu interessante conhecer bem a atividade burocrática da administração central em quatro momentos distintos, o que permite efetuar comparações, constatar transformações e esboçar linhas de força.

Os números fundamentais são estes: quatro anos do reinado de D. Manuel, oito livros da sua *Chancelaria*, 3 157 diplomas. Em relação a 1504, 1512 e 1521 a análise foi praticamente exaustiva, pois foram tratados todos os livros cuja esmagadora maioria da documentação é relativa a esses anos. Quanto a 1496, foram examinados dois dos seis livros que contêm registos desse ano, o que corresponde a cerca de 30% dos atos, uma amostra estatisticamente válida à luz dos modelos matemáticos que já foram aplicados a este tipo de diplomas. A população de oficiais redatores que foi estudada através do método prosopográfico é constituída por 38 indivíduos.

A dissertação foi organizada em quatro capítulos. No primeiro, analisa-se a evolução arquivística da *Chancelaria de D. Manuel I* e a sua estrutura externa, apresenta-se os conteúdos dos diplomas estudados e compara-se o peso de cada área de incidência governativa na burocracia. O segundo é dedicado à figura rei, olhando-se às características particulares da realeza manuelina e à intervenção direta do monarca no quotidiano do despacho. No terceiro analisa-se a estrutura da administração associada à *Chancelaria*, através do tratamento individual de cada um dos cargos dos oficiais redatores de documentos. Finalmente, no quarto capítulo, com base no catálogo prosopográfico, estuda-se o grupo dos indivíduos que exerciam os cargos abordados anteriormente, procurando-se conhecer a sua inserção geográfica e social, os seus níveis económico e cultural e as suas carreiras.

A concretização dos objetivos desta dissertação permitiu chegar às seguintes conclusões:

1. A documentação que hoje integra os livros da *Chancelaria de D. Manuel I* corresponde a menos de 50% daquela que foi produzida e registada nesses tomos entre 1495 e 1521.

2. Durante o reinado do *Venturoso* operou-se uma transformação importante na forma como eram organizados os diplomas nos volumes da *Chancelaria*. De um primeiro momento em que em cada livro eram registados os mais diversos tipos de documentos, passou-se para uma organização temática dos tomos. Surgiram assim volumes de provimentos, de privilégios, de doações e de perdões.

3. No que toca ao conteúdo dos documentos, esta *Chancelaria* não é pródiga em novidades. No entanto, o peso de cada setor da administração no seio do Desembargo régio altera-se neste período. A Fazenda é o “departamento” que mais se destaca, nele se enquadrando cerca de 50% dos documentos compulsados. Seguem-se a Administração Geral (que inclui a Defesa), a Graça e a Justiça (que praticamente se eclipsa da *Chancelaria*).

4. Teoricamente, D. Manuel I foi o redator de cerca de 42% dos documentos compulsados (este valor deve ser matizado, pois não é crível que o monarca interviesse diretamente na preparação de centenas de cartas “em forma” onde não se identificam outros redatores). Em termos absolutos, era no domínio da Fazenda que a sua intervenção mais se fazia sentir. No entanto, em termos relativos, verifica-se que era no âmbito da Graça que a subscrição régia tinha um peso maior.

5. Quanto aos ofícios da administração, constata-se que: a) descontando o desdobramento da Corregedoria da Corte em feitos cíveis e crimes, não há ofícios novos na administração do *Venturoso*; b) o Chanceler-mor, os Vedores da Fazenda e os Desembargadores do Paço são os principais redatores de atos régios; c) não se encontra qualquer sinal de ter existido um Vice-Chanceler neste reinado; d) o cargo de Escrivão da Pureza, no que toca à produção burocrática registada na *Chancelaria*, eclipsou-se; e) no domínio da Justiça, diminui o leque de magistrados com expressão no despacho de atos da *Chancelaria*; e) na Fazenda, assiste-se à complexificação das funções dos Vedores.

6. Os oficiais redatores desta *Chancelaria* não constituíam um grupo homogéneo. A nobreza tinha um peso significativo no seio da administração manuelina, que decorria da importância atingida pelos setores da Fazenda e da Defesa. Os letrados e os clérigos continuaram a ocupar os principais cargos da Justiça e da *Chancelaria* propriamente dita. Pertencer ao Desembargo era compensador: são abundantes os exemplos dos oficiais que, ao longo das suas carreiras, alcançaram títulos nobiliárquicos, desenvolveram redes clientelares, aumentaram o seu património e diversificaram os seus rendimentos. A evolução das carreiras variava consoante os setores da administração e o perfil social e académico dos oficiais.

Em linhas gerais, concluiu-se que a *Chancelaria de D. Manuel I*, tendo sofrido transformações, especialmente no que toca à forma como eram arquivados os documentos e ao peso dos diferentes setores da governação, não foi palco de mudanças radicais. O reinado do *Venturoso*, ainda que rico em reformas legislativas, parece não ter constituído um momento de viragem no que diz respeito ao funcionamento das instâncias superiores da burocracia do reino, correspondendo antes ao prolongamento, com adaptações, da realidade administrativa herdada de monarcas anteriores.

Orientadores: Armando Luís de Carvalho Homem e Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte

Data das provas: 13 de setembro de 2013

Curso de Mestrado em História e Património

Autora: **Carla Sofia Alves Mendes**

Título: *As Sentenças do Cabido da Sé do Porto – estudo do contexto e tratamento da informação.*

Palavras-chave: Sentenças; Cabido da Sé do Porto; Arquivística; Arquivo Distrital do Porto

Resumo

“Adquirir, armazenar e recuperar informação” são, nas palavras de Armando Malheiro, as funções principais de qualquer sistema de informação que se materializam nos Arquivos. Estes são lugares onde se preserva a memória coletiva, para que ela prevaleça para gerações futuras. Partindo deste princípio, e tendo como base a ideia de preservação da memória e, conseqüentemente, da História portuguesa, foi realizado um estágio no Arquivo Distrital do Porto, com a duração de 400 horas, que culminou na apresentação de um relatório de estágio sobre o trabalho desenvolvido.

O objeto de estudo foi uma série existente no Arquivo Distrital do Porto, designada de “Sentenças” e pertencente ao fundo do Cabido da Sé da mesma diocese. Trata-se de um conjunto documental não descrito arquivisticamente e que pertence a uma instituição com um peso significativo para a história da cidade. O objetivo principal do trabalho foi o de efetuar a descrição arquivística, de modo a disponibilizar ao utilizador do Arquivo o seu conteúdo.

A análise de cada livro e a sua posterior descrição teve por base a recolha da data, assunto, local e tipologia de cada documento que o constitui. Apesar de, inicialmente, se pretender fazer uma análise ao nível do documento, a dimensão alargada da série, que é constituída por 111 livros, 2199 documentos, obrigou a que se optasse por uma descrição intermédia entre a série e o documento, ou seja, ao nível da unidade física, oferecendo ao utilizador informações sobre os tipos de documentos que constituem cada livro analisado. A descrição ao nível do documento, abrangeu apenas os trinta primeiros livros, correspondentes a 546 documentos.

A história custodial da série aparece ligada à do fundo que a contém. Terá surgido pela necessidade que o Cabido sentia de guardar as decisões proferidas em meio judicial. Mas ao longo dos tempos, o Cabido passou também a armazenar, juntamente com as sentenças, outros documentos com informações relevantes para o seu dia-a-dia e funcionamento, como por exemplo os direitos que podia cobrar, autos de posse de propriedades, contratos, entre outros tantos registos que pudessem justificar determinada ação ou que tivessem um efeito probatório.

Ao nível das características físicas, a série apresenta-se encadernada sob a forma de livros, revestidos a pele, que são compostos por fólhos de papel que formam cadernos. A elaboração dos documentos e a sua encadernação não terão ocorrido no mesmo período, as encadernações são todas semelhantes, apesar da variedade de datas apresentadas para cada um dos documentos constituintes de um livro.

A série desenvolveu-se ao longo de cinco séculos (1403 a 1853). Este facto dificultou a definição das tipologias documentais. A análise subjacente ao tratamento arquivístico dado a esta série foi uma análise tipológica e não diplomática, apesar de não se poder dissociar uma da outra. Assim, não existiu tanto a preocupação de classificar os documentos quanto ao assunto neles apresentados, mas sim quanto à sua forma interna. Para esta série, é possível falar de uma classificação do tipo jurídico-diplomática, o que significa que é ligeiramente mais ampla que a classificação diplomática, mas não tão precisa e abrangente como a classificação jurídica. Identificaram-se 114 tipologias documentais.

É impossível negar a variedade que a série apresenta, quer seja ao nível dos tipos documentais, quer seja ao nível das entidades produtoras que os elaboraram: régio, judicial, notarial, eclesiástico e particular. Apesar de ter sido organizada e mantida por uma entidade concreta, o cartório do Cabido da Sé do Porto, nela se encontram produtores e intervenientes de todo o reino.

Todos os documentos da série estão de alguma forma relacionados com o Cabido. Apesar de alguns, ao primeiro olhar, não parecerem ter nenhum elo de ligação com a instituição, ela está lá, caso contrário o Cabido não teria interesse em preservá-lo. Muitas vezes são até documentos provenientes de fora do bispado e dos seus domínios, mas cujo texto apresenta elementos que lhe são, ou que poderiam vir a ser, úteis. É interessante verificar que não se encontra um único documento cujo veredicto seja contra o Cabido. Guardava-se apenas aquilo que interessava e enaltecia o seu poder e não aquilo que dava conta dos seus fracassos.

Por se considerar que a função do arquivista não é somente fazer descrições mas também interpretar a informação que recolhe e torná-la o mais acessível possível ao utilizador, foram também apresentadas outras hipóteses de análise e tratamento passíveis de serem aplicados à série *Sentenças*. Por essa razão, foi feita:

1. Uma reconstrução intelectual da série tendo por base uma amostra, constituída pelos cinco primeiros livros das *Sentenças*. Com esta reconstrução procurou-se teorizar a melhor forma de ordenação e organização da série, caso fosse possível fazê-lo nesse momento.
2. Uma reorganização da série visando a sua estrutura primitiva, ou seja, tendo em atenção algumas referências encontradas sobre uma organização anterior à que foi feita durante o século XIX. Contudo, foi necessário ter presente a noção de que podia ser um trabalho muito limitativo e que poderia conduzir a alguns erros, já que essa organização dependeria da própria sensibilidade do arquivista e dos seus conhecimentos sobre a matéria.
3. Uma ordenação por assuntos e uma ordenação por lugares, tendo em conta dois aspetos fundamentais: em primeiro lugar os motivos pelos quais o Cabido guardava a sua documentação; em segundo, o tipo de organização que melhor corresponderia às pesquisas dos utilizadores.
4. Uma nova designação, pois verificou-se que a série contém muito mais do que sentenças e processos judiciais, oferece uma visão mais lata do Cabido e do seu património.

Deste trabalho resultou a descrição de todas as unidades de instalação que constituem a série e a descrição ao nível do documento apenas dos trinta primeiros livros, obtendo-se como produto final um catálogo da série. Procurou-se que a descrição fosse coerente e uniforme e que respondesse às necessidades do utilizador. Em suma, pretendeu-se dar a conhecer uma série até então pouco utilizada e na qual se acumulam várias memórias da cidade do Porto e, em especial, do Cabido.

Orientadoras: Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 2 de dezembro de 2013

Autora: **Cecília Manuela Lopes de Melo**

Título: ***Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira: análise do sistema de informação da câmara municipal (do Antigo Regime ao Estado Novo)***

Palavras-chave: História; Ciência da Informação; Arquivística; Sistema de Informação Municipal; Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira.

Resumo

Atualmente os arquivos já não são vistos apenas como meros espaços de conservação e custódia de documentos mas sim como serviços responsáveis pela receção, organização, conservação, gestão e difusão do sistema ou sistemas de informação das instituições, constituídos por conjuntos de documentos produzidos organicamente pelas mesmas, no âmbito das suas competências ou funções, na longa duração. Sendo assim, o trabalho a desenvolver pelo profissional da informação, num arquivo, deve refletir sempre a evolução orgânica de cada instituição, tendo em conta os princípios da ação estruturante, da integração dinâmica, da grandeza relativa e da pertinência.

O projeto desenvolvido no âmbito do 2º ciclo de Estudos em História e Património-ramo Arquivos Históricos teve como tema o Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira, como objeto de estudo o sistema de informação da câmara municipal (1514 a 1972), como opção, a organização de toda a documentação histórica que compõe esse sistema e, como objetivo, a criação de instrumentos de acesso/ recuperação dessa mesma informação.

O posicionamento teórico-metodológico adotado, assente epistemologicamente num emergente paradigma informacional e científico, considera a Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. Acentua a importância dada à *informação* como seu objeto de estudo, interpretada e explicada com o recurso à *Teoria Sistémica*, enquadrada e orientada por um dispositivo metodológico de investigação, o *Método Quadripolar*. Desenvolvido no âmbito das Ciências Sociais, adota uma dinâmica de investigação que se articula em volta de quatro pólos, ou etapas metodológicas, isto porque, numa perspetiva trans e interdisciplinar, este objeto de estudo exige uma abordagem científica que vai muito além da tradicional visão meramente tecnicista e/ou tecnológica.

O conjunto de operações realizadas ao longo deste trabalho, enquadrado segundo uma nova perspetiva científica da Arquivística, acabou por gerar um conhecimento que vai muito para além da tradicional aplicação de técnicas de recolha, tratamento e difusão da informação pois, entendemos que a análise e descrição de um sistema de informação, segundo uma lógica organizacional, dentro do universo sistémico que a envolve, só pode ser um trabalho rigoroso se der origem, ou for baseado, ao/no conhecimento da realidade arquivística onde o mesmo foi gerado. Deste modo tentámos perceber a forma como o mesmo se desenvolveu e se foi consolidando ao longo dos tempos com base na realidade histórico-institucional do nosso país, em geral, e do Município de Santa Maria da Feira, em particular, recorrendo a diversas fontes de informação disponíveis, que possibilitaram a consolidação dos conhecimentos necessários à representação intelectual e gráfica do objeto de estudo e sua descrição.

Tendo em conta o volume e antiguidade da documentação e as várias reformas operadas pelos diferentes regimes político-administrativos que vigoraram durante séculos, iniciamos este trabalho com um levantamento das diferentes fontes de informação disponíveis, nomeadamente livros de atas das reuniões de câmara, livros de acórdãos, códigos de posturas e regulamentos municipais, relatórios de gerência camarária, Ordenações, Diários do Governo, Diários da República, compilações de legislação, assim como vários estudos sobre municipalismo, estruturas administrativas e análise de sistemas de informação municipais. Iniciamos este estágio tendo em

conta a existência de um recenseamento prévio à documentação, mas que necessitava de uma abordagem prévia essencial, ou seja, a identificação dos órgãos e serviços da administração local e a sua relação com outros órgãos da administração com os quais interagiu ao longo dos séculos. Foi durante esta fase da investigação que nos inteiramos de que era imprescindível efetuar um novo recenseamento à documentação pois era notório que muita dela, que se encontrava recenseada como pertencendo ao sistema de informação da câmara municipal, era na realidade oriunda de outras proveniências. Apesar de esta ter sido uma tarefa não prevista revelou-se uma opção certa e fundamental para a correta organização, classificação e descrição do sistema de informação da câmara municipal.

Toda a contextualização histórica e institucional que precedeu o novo recenseamento teve como propósito esclarecer ambiguidades relativamente à proveniência de determinados documentos; identificar órgãos, serviços, secções e officios assim como as suas competências e funções; perceber a contextualização e dinâmica de produção da documentação e, por fim, sendo contudo o requisito essencial para a correta organização do sistema de informação, servir de suporte à elaboração de organigramas, quadros de contexto e de classificação para a documentação.

O produto final deste trabalho consistiu na criação de um instrumento base de suporte à organização e descrição do Sistema de Informação, segundo a estrutura orgânico-funcional da instituição, com o intuito de se criarem instrumentos de acesso à informação em suporte eletrónico.

O estudo retrospectivo desenvolvido ao longo deste estágio, assim como as operações de descrição, indexação e criação de instrumentos de acesso, pese embora todos os constrangimentos e condicionantes com que nos fomos deparando, pensamos constituírem uma representação aproximada da realidade em estudo.

Os resultados alcançados, apesar de os considerarmos genericamente positivos, carecem ainda de muita investigação, a ser realizada com base na análise da documentação existente no arquivo, de forma a obter elementos que consideramos essenciais à produção de conhecimento.

Sendo este um trabalho ao qual pretendemos dar continuidade, o conhecimento adquirido abriu caminho para a continuidade do estudo orgânico-funcional do município, com vista à organização total do sistema de informação arquivo do município, assim como de outros sistemas de informação, com os quais este se relacionou, ao longo dos séculos, e que também são parte integrante do Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 21 de outubro de 2013

Autora: **Edite Mafalda Gama Correia**

Título: ***O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: Estudo e Tratamento Arquivístico – Modelo Sistémico***

Palavras-chave: História; Ciência da Informação; Misericórdias Portuguesas; Modelo Sistémico; Santa Casa da Misericórdia de Barcelos; Arquivo Histórico

Resumo:

O título dado a este relatório, *O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: Estudo e Tratamento Arquivístico – Modelo Sistémico*, identifica a necessidade de pesquisa e tratamento do acervo documental a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos (SCMB), respeitando uma realidade alargada, tendo em conta a sua estrutura interna e os seus agentes de ação que produziram e geriram este sistema de informação.

Este projeto iniciou-se a partir de um conjunto de questões pertinentes tais como: quem são os elementos produtores de informação dentro da SCMB e que deram forma ao atual Arquivo Histórico? Como é que esta instituição se estruturou ao longo da sua existência e de que forma as suas ações provocaram alterações na natureza e volume documental? De que forma terão os seus estabelecimentos, como, por exemplo, o Hospital e Asilo, contribuído para a documentação a cargo do Arquivo Histórico?

Para responder a todas estas perguntas houve necessidade de uma pesquisa e recolha de informação bibliográfica, que foi uma fase importante deste trabalho já que forneceu um importante material de apoio e estudo para este projeto.

Por falta de trabalhos anteriores acerca da história e estrutura interna da SCMB, foi imprescindível recorrer às fontes manuscritas do próprio arquivo, de forma a entender a sua constituição e estrutura orgânica, nomeadamente os compromissos, regulamentos e estatutos.

A nível da arquivística atual, as publicações e estudos do Doutor Armando Malheiro e da Doutora Fernanda Ribeiro, foram fundamentais para a compreensão a nível teórico da criação do modelo sistémico de informação aplicado neste projeto.

Assim tornou-se essencial trabalhar o acervo documental, conhecer a estrutura orgânica e funcional da instituição, já que mediante as concepções arquivísticas, é necessário primeiro proceder à identificação dos órgãos que compõem a instituição em causa e fazer o reconhecimento das suas funções e competências, para mais tarde se poder distribuir a documentação sob cada produtor, já que dentro de uma mesma instituição existem vários produtores de informação que contribuem para o total global da documentação presente em arquivo. Aplicamos, pois nesta fase do trabalho o método arquivístico baseado na investigação quadripolar recomendada pelos autores da obra *Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*, que se mostrou essencial para a correta reconstrução do contexto orgânico-funcional e temporal da produção documental.

O primeiro passo deste trabalho começou com a identificação da estrutura interna de gestão da SCMB e dos seus estabelecimentos. Paralelamente, empreendeu-se um estudo e levantamento da documentação a cargo do Arquivo Histórico da SCMB, num trabalho contínuo sobre a documentação, de forma a construir um recenseamento e posteriormente um catálogo.

Assim, para a criação dos organogramas e quadros de competências, procedeu-se, a um levantamento de todos os compromissos, regulamentos e estatutos da SCMB e dos seus estabelecimentos para o período abarcado pela documentação do Arquivo Histórico, ou seja, desde cerca de 1498 a 2000.

Foi possível observar que existiam 4 documentos (Compromissos) relativos à administração

e gestão da SCMB, o que nos conduziu ao estabelecimento de 4 grandes divisões temporais em termos da lógica sequencial da produção documental. Além daqueles, existiam 7 regulamentos complementares, relativos aos diversos estabelecimentos da instituição, que permitem observar a existência de uma acumulação de competências em diversos cargos comuns à SCMB e aos seus estabelecimentos.

No que toca aos Quadros Orgânico-Funcionais representados, encontram-se divididos em 5 colunas, que conduziram a uma estruturação da informação em quadros sistematizadores da informação: Objetivos/Atribuições, Estrutura, Competências, Atividades e Séries/Documentos, de forma a apresentar uma explicação textual, quer no que diz respeito à sua estrutura orgânica quer à sua utilização de cariz funcional, acrescendo ainda a produção documental correspondente à respetiva estrutura.

Assim, este estudo orgânico-funcional irá mais tarde servir de suporte para a implementação e avaliação do sistema de informação, permitindo também a representação e acesso à informação.

A par do estudo sobre a estrutura orgânico-funcional da SCMB, estabeleceu-se como objetivo o recenseamento da documentação, pelo que foi fundamental a utilização da Normais Internacionais como a ISAD(G) e a ISAAR(CPF). Após o recenseamento, ficou-se na posse de todos os elementos necessários para a criação de um catálogo da documentação e para a descrição arquivística do fundo. O passo seguinte foi o da organização dos documentos recenseados em séries documentais, podendo-se atribuir aos diversos órgãos e cargos produtores cada uma das séries e subséries criadas, de forma a construir um quadro de classificação adequado aos quatro quadros orgânico-funcionais e respetivos organogramas.

Após os estudos já mencionados, da estrutura orgânico-funcional da SCMB, e organizado o quadro de classificação e a descrição do Fundos e das Séries Documentais, a fase final foi a criação de pontos de acesso à documentação, ou seja, o Catálogo. O nosso objetivo sempre fora o de construir um instrumento de acesso à informação a nível de catálogo, ou seja uma descrição ao nível de documento, não nos limitando à construção das séries documentais, por permitir ao utilizador conhecer o conteúdo do acervo a um nível de grande especificidade.

Para além da construção do instrumento de acesso à informação, quisemos deixar presentes, algumas sugestões a considerar, a nível de ações futuras, de mediação do Arquivo Histórico da SCMB, para a possível dinamização e difusão da documentação a seu cargo, de forma a criar ações de promoção cultural e de divulgação, num processo de contínua mediação patrimonial.

Orientadores: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva

Data das provas: 3 de dezembro de 2013

Autor: **Jorge Manuel Teixeira do Amaral Resende**

Título: ***O Inventário Arqueológico de Cinfães – uma Reflexão: O Inventário como ferramenta de Gestão, Divulgação e Conservação do Património Arqueológico***

Palavras-chave: Inventário, Património Arqueológico, Gestão, Divulgação, Conservação do Património, Município de Cinfães

Resumo

A conservação é um dos temas principais do discurso e do pensamento patrimonial e o inventário como uma das formas de *como* conservar, dado que se torna impossível gerir o património se não o conhecermos, encontra-se em primeiro plano na política do património. O que levou a uma reflexão sobre as práticas patrimoniais de hoje e de há cem anos atrás, tanto mais que os objetos de estudo, monumentos, sítios e materiais, transmitem valores através das práticas, métodos e teorias arqueológicas. Por isso, o ato de inventariar significa dar um valor que se quer transmitir.

Já a escolha para o estudo de caso, da intervenção arqueológica no Município de Cinfães, prende-se com o facto de não existir uma inventariação completa atualizada do património arqueológico municipal, embora existam dois estudos importantes: *Inventário Arqueológico do Concelho de Cinfães: primeiros resultados* (1986) de Eduardo Jorge Lopes da Silva e Ana Maria Cunha; *Património Arqueológico do Vale do Bestança* (1997) de Luís Silva Pinho.

Metodologicamente a construção desta dissertação dividiu-se em 3 partes. Primeiro foi obtida a informação a ser utilizada na parte teórica da dissertação, que se justifica como aviso contextualizador de processos comparativos noutros países e em Portugal. Depois refletiu-se sobre o património arqueológico no concelho de Cinfães a partir da informação compilada. De seguida recorreu-se à prospeção arqueológica para a localização e identificação dos sítios arqueológicos, justificando uma observação, no terreno, reunindo um conjunto de dados a serem tratados na última fase. O uso de cartografia adequada foi essencial, como as cartas militares (escala 1:25000) referentes ao concelho, que serviram de base à georreferenciação dos objetos arqueológicos (em SIG). Esta prospeção foi fundamental, por responder à necessidade de actualização dos inventários já conhecidos, acrescentando novos vestígios arqueológicos ou avaliando as suas condições de conservação. Os dados obtidos resultaram na construção de um inventário/ base de dados. Esta teve que ser previamente construída, tendo em conta os objetivos do trabalho, a bibliografia consultada e o tipo de património com que se está a trabalhar.

Para esta dissertação foram selecionadas dois tipos de fontes, complementares: as fontes arqueológicas e as documentais. As fontes arqueológicas constituem os sítios e vestígios arqueológicos propriamente ditos. Estas apresentam grandes vantagens, uma vez que, ao observarmos o objeto arqueológico, podemos saber a sua cronologia, a geomorfologia, a sua função, o seu enquadramento paisagístico, alguns pormenores (como a decoração) e o seu estado de conservação atual. Contudo, este tipo de fonte apresenta também aspetos negativos. Sem um estudo pormenorizado do sítio, por exemplo uma escavação, há muita informação que ficará por revelar. Além de que o elevado estado de degradação do objeto poderá dificultar o acesso a informações sobre o mesmo.

As fontes documentais utilizadas mereceram uma crítica cerrada. Relatórios e estudos publicados sobre o património arqueológico do município de Cinfães, como, por exemplo, relatórios de escavação, de prospeção, e outros estudos publicados, mostraram-se vantajosas, por incluírem informações pormenorizadas sobre o sítio arqueológico, como a indicação de estruturas e espólio que estão impercetíveis hoje em dia, uma datação mais exata do sítio (indicada pela

estratigrafia e/ou pelo espólio), indicação do espólio, descrição pormenorizada do sítio (a nível da geografia, solos, vegetação, estratigrafia, etc.). Também o uso de imagens, fotografias, desenho arqueológico e cartografia, nos dão informações relevantes sobre os arqueossítios. Mas estas fontes têm a uma validade limitada, que o tempo, a metodologia direcionada para determinados objetivos, num certo momento, certamente não concedem. Daí a necessidade em comparar os dados, confrontando-os e actualizá-los através de trabalho no terreno, observando o aspeto atual do sítio.

Os dados obtidos após a conclusão do Inventário Arqueológico de Cinfães traçaram um cenário de relativo abandono deste património. Principalmente no que toca ao estado de conservação dos sítios e à sua cobertura vegetal. Relativamente ao estado de conservação o cenário não é insatisfatório de todo. Sendo que 69,3% dos sítios registados apresentam um estado de conservação bom ou razoável, segundo os termos definidos para o referido inventário (embora em 4,6% de registos o estado de conservação seja indeterminado, devido à inacessibilidade ou à impossibilidade de identificação do sítio/vestigio). Dos restantes 26% destacam-se alguns vestígios (9,3%) subterrados e semi-subterrados. O que impede uma avaliação profunda dos mesmos. Contudo, o grande sinal de abandono do património arqueológico de Cinfães é o avanço da cobertura vegetal, contando apenas com 58,3% de registos cuja cobertura vegetal é inexistente ou muito pouco densa (embora apenas um sítio se revelasse completamente inacessível).

Sendo um dos objetivos deste trabalho a promoção de medidas de intervenção no património arqueológico do Município de Cinfães, e tendo em conta a ameaça a que este está sujeito pelo aumento da cobertura vegetal, uma das medidas mais urgentes a ter em conta é a limpeza dos sítios arqueológicos. Assim como a identificação dos mesmos através de sinalética e a construção de centros interpretativos, a ser feita, pelo menos, nos sítios mais conhecidos e com maior monumentalidade. Muito deste património precisa também de trabalhos de restauro. Por outro lado, há que fazer o aproveitamento turístico dos sítios do município que apresentam características favoráveis para tal. Num nível mais académico, alguns dos sítios arqueológicos de Cinfães poderiam ser melhor aproveitados. Quer pela realização de estudos mais aprofundados, como novas prospeções com o intuito de descobrir património inédito, ou o estudo de sítios ainda pouco conhecidos, quer, ainda, pela realização de escavações.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data das provas: 7 de novembro de 2013

Autor: **José Eugénio Carvalho da Silva**

Título: ***Vizela, Desenvolvimento e Antagonismos Políticos: as disputas autonómicas da Regeneração à República***

Palavras-chave: Vizela; progresso; termas; política; memória

Resumo

De harmonia com o seu título, o trabalho desejou a construção/desconstrução de uma memória sobre Vizela e como Vizela a foi edificando, referente ao período do Liberalismo português que decorreu entre 1851 e 1910, ou seja da Regeneração à República.

O objeto de estudo foi a povoação de Vizela, constituída pelas freguesias de São Miguel e São João das Caldas (o espaço da contemporânea cidade de Vizela e sede do mesmo município), inseridas, administrativamente, à época, no concelho de Guimarães, do distrito de Braga. Pelo seu crescente poder de atração, o estudo alargou-se ao espaço constituído por mais 7 freguesias circunvizinhas pertencentes aos concelhos de Guimarães, Lousada, Felgueiras e Santo Tirso (todas do distrito do Porto), designado, de forma operativa, por “*Território de Vizela*”.

Analisou o processo de reivindicação e de construção de um espaço político - o concelho de Vizela - e a avaliação da sua vontade política autonómica em contextos argumentativos de desenvolvimento e/ou estagnação. Na articulação das três partes do trabalho pretendeu-se as respostas para duas questões: será na interação de crescimento económico, social, cultural e demográfico que radicam os principais agentes dinamizadores na construção de uma memória territorial, de uma centralidade territorial que, por sua vez, lhe conferirá a legitimação da vontade política de autonomia administrativa? Ou será, pelo contrário, a perceção da carência de progresso e de um vagaroso desenvolvimento que gerará tensões políticas e justificará licitude aos anseios independentistas de Vizela?

Sendo um trabalho em torno da história local e regional, procurou-se a informação destinada a responder às questões, essencialmente, nas bibliotecas e nos arquivos eminentemente regionais - públicos e privados.

Na primeira parte – *Vizela, Definição e Reivindicação de um Espaço* – abordaram-se as condições ideais oferecidas pelo vale do Vizela para a fixação de povoações nativas, dispersas por castros e cristelos; no decorrer da ocupação romana destacou-se a grandiosidade das termas romanas, a importância da rede viária e da sua ponte; analisou-se a constituição do efémero concelho de Vizela, criado em 1361, através da doação de D. Pedro I ao Infante D. João das terras de *Riba de Vizella*, extinto, em 1408, por D. João I; e os 5 *Recenseamentos Gerais da População* (de 1864 a 1911), facultaram a evolução demográfica do *Território de Vizela*, mostrando-se, sistematizados, um acentuado crescimento demográfico e índices elevados de densidade populacional.

Na segunda parte - *Progresso e Desenvolvimento* - revelou-se que Vizela foi estimulada pelos contributos das obras governamentais (os fatores exógenos), quando contemplada com a criação de infra-estruturas de comunicação: moderna Estrada Real n.º 36 que ligou a povoação a Guimarães e Penafiel, servida, pela Ponte de D. Luís I (peça chave na transposição rápida e segura do rio Vizela); linha férrea da Trofa a Guimarães, que ligou Vizela à emergente rede ferroviária nacional; e estação de telégrafo.

Mostrou-se o recrudescer na reivindicação e implementação de planos de fomento e obras de transformação da povoação (os fatores endógenos), a título oficial ou particular, a nível individual ou coletivo, bem patentes nas múltiplas, ideias, projetos, petições, reclamações, alvarás e licenças, registadas nas *Actas de Vereação* do município vimaranense, fundamentadas, muitas vezes, num discurso reivindicativo que incorporava o sentido secular das raízes de um espaço histórico (que

justifica a escrita da primeira e segunda partes).

Em 1881, a Companhia dos Banhos de Vizela inaugurou e explorou um novo e modelar complexo termal, potenciador de um muito acentuado fluxo de aquistas, servindo esta companhia em 3 décadas uma média de 66 380 banhos ao ano. Durante o período balnear (de maio a setembro) a população residente via-se acrescida pela visita de 35 000 a 40 000 aquistas e veraneantes. Este movimento termal ajudou a explicar a coexistência, em 1887, de 7 unidades hoteleiras, de inúmeras pensões e casas particulares destinadas ao seu alojamento. Assistiu-se, também, a partir de 1882, ao empreendedorismo noutras áreas do comércio vocacionado para o apoio da vida termal ou por ela fomentado. Inúmeras atividades ligadas à cultura, diversão e lazer nasceram, também, no decorrer deste período, nomeadamente, os bailes, os cafés, os casinos e as touradas.

Pelo estímulo das termas e do termalismo, o edificado, a partir da década de setenta do século XIX, registou apreciáveis variações quantitativas, com acentuado aumento do número de fogos, e onde as qualitativas muito marcaram a sua fisionomia urbana. A povoação cresceu ao longo da Estrada Real n.º 36, das novas ou renovadas ruas, largos, travessas e caminhos, mas sempre propensa à concentração, articulando-se com os novos espaços de circulação, o que levou à constituição de um núcleo central contínuo, muito semelhante ao que hoje nos é apresentado.

O fulgor do desenvolvimento urbano e crescimento habitacional da povoação despertou na elite residente a necessidade da criação e organização de equipamentos sociais. Com denodo e bairrismo criaram o hospital, a corporação de bombeiros, a filarmónica e o parque termal.

Na terceira parte - *Política, Antagonismos Políticos e Cultura da Memória* - mostrou-se, através da informação prestada pelos *Recenseamento Eleitorais* e pelas *Actas de Eleições*, uma elite residente, rica, prestigiada, poderosa e letrada (proprietários/capitalistas, profissões liberais e eclesiásticos) a pugnar pelo progresso e crescimento de Vizela junto dos poderes central, regional e municipal. Monopolizou, ainda, a mediação entre o poder local e o poder municipal. Do seu seio saíram os cidadãos eleitos vereadores à Câmara Municipal de Guimarães.

Pelas *Actas de Vereação* revelou-se que, pelo crescimento da povoação, a elite exigia ao município vimaranense a criação de equipamentos sociais, a execução de obras e/ou manutenção dos espaços públicos, a iluminação pública, a distribuição e abastecimento de água potável, a limpeza e saneamento. Por letargia, desinteresse e incapacidade financeira do município vimaranense estas obras convertiam-se em inócuas intenções. Em paralelo engrossou na consciência da elite vizelense que mais progresso e desenvolvimento apenas sobreviriam com a independência administrativa. Foi nestes desígnios que fundamentaram as três representações secessionistas de 1852, 1869 e 1905, que acumulam uma experiência memorialista de reivindicações, que congregam e, surpreendentemente, desagregam intenções locais na sua relação com outros poderes locais e centrais.

Conclui-se, então, que, no decorrer do segundo período da Monarquia Liberal, Vizela reuniu todas as condições e predicados para se constituir em concelho, que a colocaria à frente de muitos dos 13 municípios do distrito de Braga. Faltou-lhe, porém, arte e fortuna para criar, ou arregimentar, um estadista forte, influente e respeitado, capaz de mostrar e fazer ouvir as suas razões na, cada vez mais, macrocéfala capital.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data das provas: 4 de novembro de 2013

Autor: **Sofia Adelaide Moreira Olazabal Almada Simaens**

Título: ***A Igreja do Mosteiro de S. Martinho de Caramos. Inventário dos bens culturais - uma forma de reconhecimento do património crúzio***

Palavras-chave: Felgueiras (mosteiro de Caramos); Património Cultural; Identidade Religioso-cultural; Santo Agostinho

Resumo

A dissertação sobre a Igreja do Mosteiro de S. Martinho de Caramos, pertencente à Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, em Felgueiras, teve como objetivo o estudo dos bens culturais desta igreja no século XVIII. A inventariação e análise da cultura material ligada a esta igreja permitiria desvendar funções desempenhadas por este património muito específico, com projeção em três níveis: o da relação da comunidade conventual com a população; a relação interna vivida na comunidade conventual e a relação da comunidade com o sagrado.

Para a realização desta dissertação, foi necessário, em primeiro lugar, inserir este mosteiro no espaço civil e religioso da sua história (freguesia, concelho e ordem religiosa). Também foi fundamental encontrar e identificar a extensa produção escrita do mosteiro. Esta encontra-se dispersa pelos arquivos distritais de Braga e Porto, e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e ainda em Coimbra e Mafra.

A documentação relativa à igreja e que respondesse aos objetivos delineados é relativamente escassa. Assim, as principais fontes foram dois inventários do século XVIII (1711 e 1770). Para além da documentação diretamente produzida pela instituição foram ainda de grande valia as “Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho” de Craesbeeck, 1726 e “As Memórias Paroquiais” de 1758.

Da bibliografia em torno da Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, de Felgueiras, de Caramos, e da História de Portugal e da História Religiosa assim como sobre Liturgia e Iconografia, destacaria O THESAURUS - Vocabulário de Objectos de Culto Católico (em linha).

A dissertação enquadra a vida do mosteiro ao longo da História Religiosa de Portugal, procurando compreender se esta comunidade teria sido igual a tantas outras no país ou teria diferido em algum aspeto. Com a extinção do mosteiro, em 1770, não terminam as funções paroquiais da igreja, que sobreviveu aos tempos e permanece ainda ativa.

Em termos de métodos de análise da informação selecionada e recolhida sistematicamente para uma base de dados, optou-se por definir, a partir do conhecimento da liturgia e do ritual católico do período moderno, as grandes áreas de funcionalidade e classificar os objetos segundo essas áreas.

Os bens culturais identificados nos Inventários de 1711 e 1770 revelam alterações no interior da igreja e levantam também diversas questões. Revelam uma igreja materialmente bastante rica e ligada à sua comunidade exterior através das funções sacramentais identificadas pela referência à pia batismal, aos óleos santos, à unção dos enfermos, aos confessionários e a diversos objetos necessários às cerimónias (toalhas de altar, galhetas, cálices, ferros para fazer hóstias e vasos de comunhão, por exemplo).

Os inventários permitem, ainda, deduzir da prática de procissões e outros ritos ligados e interpretados pelas confrarias locais que tinham os seus objetos de culto em uso na Igreja de S. Martinho de Caramos. As imagens são outro indício das devoções locais, quer da própria comunidade religiosa, quer da população circundante.

Por outro lado, os inventários revelam também indícios de que esta comunidade religiosa,

seguidora da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho teria obedecido aos seus princípios (estudo, catequização e louvor a Deus):

A identificação de diversos livros, entre os quais breviários, livros de solfejar, o martirologio acrescentado com o caderno de santos novos e cadernos de reza remetem-nos não só para as orações mas também para o estudo, o ensino e a catequese. Os livros de coro e o órgão, ainda hoje existente na Igreja) aludem à prática e conhecimento de música sacra como uma das formas destes cónegos louvarem a Deus e divulgarem junto das populações novas formas musicais.

A apresentação deste património que, em muitos dos seus elementos, permanece vivo na igreja (as imagens dos santos, a realização de cerimónias sagradas e a sua preservação) e da sua história e funções, à população local, permitirá que esta atribua um outro tipo de valor ao seu património material e imaterial e o fortalecimento da sua identidade como comunidade civil, religiosa e cultural. Assim, esta dissertação é um pequeno contributo para a consciencialização e valorização de tão rico e inestimável património que o Mosteiro de S. Martinho de Caramos e a sua Igreja Paroquial constituem.

Orientadoras: Maria Helena Cardoso Osswald e Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data das provas: 18 de novembro de 2013

Autor: **Vanessa Maria da Costa Pita**

Título: ***A evolução da paisagem urbana da cidade da Guarda: ativação/desativação do património edificado***

Palavras-chave: Património; Património edificado; Urbanismo; Centro histórico; Cidade da Guarda; Processos de valorização e desvalorização.

Resumo

A proposta desta dissertação, o estudo da paisagem urbana da cidade da Guarda, tem em consideração os processos de conceção e intervenção patrimonial, numa perspetiva da análise do património edificado, mais concretamente, do que se considera hoje o “centro histórico”, o qual aqui se encontra percecionado como o espaço intramuros. Por si só, o designativo “centro histórico” implica uma valorização, classificação, num dado momento. Importa aqui descortinar quais os movimentos que a malha edificada desta cidade sofreu, certamente os mais recentes, mas também os que se realizaram ao longo do tempo, procurando detetar os critérios adotados. Partindo da explicitação das noções de património, urbanismo e centro histórico, seguimos com a caracterização do espaço de estudo, ou seja, a inserção da própria cidade da Guarda no respetivo concelho e distrito. Análise efetuada de um ponto de vista da evolução histórica em concordância com a história urbanística da cidade em si e do que dela se avista e a envolve.

Por fim, identificaram-se e justificaram-se os processos de valorização e desvalorização dos principais testemunhos de património edificado, presentes no centro histórico da cidade da Guarda – Castelo da Guarda, Convento de Santa Clara, Sé Catedral e Igreja de São Vicente –, assim como de edifícios que, apesar da sua localização extramuros, contribuíram para o desenvolvimento urbanístico da cidade e, em larga medida, para a proteção do património intramuros – Igreja da Misericórdia e Sanatório Sousa Martins. Este percurso serve-nos, ainda, para demonstrar os usos patrimoniais aplicados ao turismo ou como este parece ter ativado um olhar sobre o património.

Para efetuar esta análise, recorremos ao estudo de planos e projetos urbanísticos estruturantes, nomeadamente o projeto realizado pela Universidade de Aachen (Alemanha), “*Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*”; Plano Diretor Municipal, Plano Estratégico, e o Programa Polis, assim como à enumeração da informação produzida por várias associações/instituições, cívicas ou públicas – Culturguarda, AGPUR, Turismo da Guarda –, que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que o turismo se tornasse num fator valorativo de relevância, no sentido de proteger e divulgar o património da cidade da Guarda.

O que procurámos clarificar, foi, em primeiro lugar, quais os principais processos de valorização e desvalorização do património, e entender quais os agentes que os levaram a cabo, ao longo do tempo, e com que propósito. No fundo, a valorização dos edifícios, no seu conjunto geral, implica a valorização do centro histórico da cidade da Guarda, da própria cidade, e, num sentido mais lato, do seu concelho, e até distrito. Esta parece ser uma das conclusões: um processo que apresenta ritmos diferentes, dependentes de conjunturas, políticas, económicas e culturais e de agentes múltiplos: elites, *experts*, comunidades.

A análise da evolução da noção de património relativamente ao caso específico da cidade da Guarda demonstra precisamente esta multiplicidade de fatores e de variáveis, de evidências entre uma falta de sensibilidade relativamente ao património edificado numa época, e por outro lado a sua preservação numa outra. Apesar de todas estas ambivalências, não se pode falar de uma completa falta da noção do que é património e da sua importância na cidade da Guarda. Porém, esses valores mudaram conforme a época, o discurso, e a necessidade. Tais mudanças explicam como um monumento numa época pode ser valorizado e noutra, desvalorizado, tendo em conta os

usos e os desusos. Ou seja, a questão é avaliar, de futuro, se o património assume um papel central no discurso e na ação políticas, responsável pela afirmação da cidade no mosaico competitivo das cidades portuguesas, se ele é visto como fator de atração, de fixação e de rentabilização.

Verifica-se que apesar de várias situações lamentáveis, das quais se destaca a degradação da judiaria e do antigo Sanatório Sousa Martins, no geral o património foi, institucionalmente, valorizado. O que se encontra em maior défice nesta cidade é sua projeção e desenvolvimento de atividades que vincassem a especificidade da vida envolvente ao centro histórico, dando-lhe uma projeção turística. Seria interessante que a cidade da Guarda potenciasse o seu património através de atividades como feiras medievais ou feiras de artesanato, as quais por norma chamam um grande número de pessoas, à procura de sabores seculares e práticas vivenciais.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data das provas: 6 de novembro de 2013.

Autor: **Vilma Joana Correia Paiva de Freitas Cardoso**

Título: ***O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico***

Palavras-chave: História; Ciência da Informação; Arquivística; arquivos de família; modelo sistémico; Casa das Mouras

Resumo

O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico é o título do relatório de estágio desenvolvido no Arquivo Municipal de Penafiel, ao longo do 2º ano do Mestrado de História e Património, ramo Arquivos Históricos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, apoiado num estágio realizado no Arquivo Municipal de Penafiel.

O principal objetivo centrou-se no estudo orgânico e catalogação do Arquivo da Casa das Mouras, contribuindo não só para a reflexão e revisão dos modelos de organização da informação, segundo o modelo sistémico, como para a própria preservação e estudo genealógico deste arquivo de família.

O interesse pela peculiaridade dos arquivos de família e a inserção do Arquivo Municipal de Penafiel numa região onde abundam casas solares, apresentaram-se como importantes fatores para a decisão de escolher o arquivo familiar em questão, a Casa das Mouras, que se situava na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Penafiel, depositado naquele Arquivo desde 2004.

Os objetivos do trabalho foram vários e complementares, aliando o estudo e investigação histórica à organização arquivística dentro do local de trabalho. Em primeiro lugar, dar a conhecer a história da família que produziu esta documentação, os seus laços genealógicos, os seus hábitos e métodos de organização documental, se porventura estes existiram e em que medida constituíram processos de construção de uma memória identitária. Em segundo lugar, reconstruir toda a genealogia direta e colateral de Columbano Pinto Ribeiro de Castro Portugal da Silveira, considerado como figura central desta(s) família(s). Por fim, a organização do arquivo, utilizando a orgânica da família como estrutura produtora da informação, apoiando-nos no modelo sistémico, classificando e descrevendo os documentos e construindo assim um instrumento de pesquisa de apoio à investigação.

A busca de fontes dividiu-se entre procura de bibliografia especializada relativa ao tema dos arquivos familiares e a fontes bibliográficas e manuscritas, que permitissem reconstruir a genealogia da família e o perfil biográfico dos seus indivíduos. Para estes últimos, a consulta dos fundos paroquiais dos arquivos distritais do Porto e Lisboa, foram fundamentais para a certificação de datas e nomes, a par da leitura dos documentos do Arquivo da Casa das Mouras, assim como a consulta a fundos de testamentos da Administração do Concelho de Penafiel, no AMPNF. Consultou-se ainda o catálogo *online* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo para comprovar dados acerca das carreiras profissionais dos membros das famílias.

Em termos de fontes bibliográficas, foram consultados nobiliários, como o *Nobiliário das Famílias de Portugal* de Felgueiras Gayo, índices de alunos da Universidade de Coimbra do século XIX, que permitiram complementar as informações providas dos registos manuscritos. Monografias locais sobre o concelho de Penafiel e bibliografia especializada em Arquivística, arquivos familiares e ainda acerca dos conceitos e metodologia que suportassem a aplicação do modelo sistémico, foram essenciais para a execução da segunda etapa do projeto de organização do arquivo.

A construção da árvore genealógica permitiu a descoberta de não uma, mas de duas famílias envolvidas na produção deste arquivo, unidas por laços de casamento e alicerçadas em instituições

vinculares. Os proprietários originais da Casa das Mouras, os Moura e Castro, que apresentaram uma produção pouco volumosa de documentação e sem organização evidente, viam o seu espólio documental crescer exponencialmente a partir de 1835, quando D. Efigénia Amália Moura Torres casou com Columbano Pinto Ribeiro de Castro Portugal da Silveira. Natural do Porto, filho do Desembargador Columbano Pinto Ribeiro de Castro, Columbano, tornou-se uma figura central tanto na produção deste arquivo como na sua conservação.

Com o casamento, Columbano trouxe toda a documentação dos seus antepassados paternos. Pudemos apontar seu 4º avô, Belchior Ribeiro, como o primeiro produtor de informação, tendo fundado em 1673, um vínculo que se prolongaria até Columbano. Em 1741, seu avô Manuel Pinto Ribeiro de Castro, tirou Carta de Brasão de Armas e, com a entrada na nobreza, notou-se um maior esforço, consciente, de organização da documentação, tanto na constituição de tombos de propriedades para comprovação da posse de terras, do património, como no aumento da produção de informação, prova escrita e documentada da longa linha geracional. Herdando toda esta documentação sobre o Morgado de Nossa Senhora da Vela, Columbano apresenta-se como o maior produtor de informação, seja na produção de documentos relacionados à sua carreira política, ao património da família e ao gosto pessoal por teatro e literatura. Revelou ainda um esforço por perpetuar a história e genealogia da própria família através da conservação de documentação antiga e no registo de eventos familiares e genealogia.

Se em 2004, o arquivo e biblioteca da Casa das Mouras foi depositado no Arquivo Municipal de Penafiel, no entanto, não nos foi possível um maior debruçar sobre a segunda. Mesmo assim, estatisticamente, reúne obras que vão desde o século XVI ao século XX, sendo que a maioria das edições data do século XVIII (mais de 70% das obras), seguindo-se obras do século XIX (quase 18%), menos de 10% em obras do século XVII (8,7%), século XX (2,5%) e menos de 1% em obras do século XVI.

O tratamento arquivístico obedeceu a uma organização segundo o modelo sistémico, ou seja, a identificação das gerações e/ou membros ligados por laços de parentesco que correspondem a secções dentro do organigrama do arquivo, modelo, já testado em outros arquivos familiares, embora merecesse uma discussão empírica. Contabilizaram-se vinte e cinco secções, correspondendo ao número de produtores de informação reunidos na documentação, agrupando-se, em cada uma, os respetivos documentos. A documentação que não foi produzida por nenhum membro da família e que diz respeito às propriedades (como os tombos) que posteriormente adquiriram, foi organizada fora das secções, enquadrando-se diretamente no sistema, reunidos numa série.

A construção deste catálogo contribuiu não só para a descoberta e compreensão da história desta família, de como o arquivo se constituiu no tempo e espaço. Provou-se ainda que, mesmo fora do circuito das grandes casas brasonadas, a família de Columbano demonstrava já uma organização operativa das suas propriedades, legitimando a posse de terra, numa família cuja riqueza se fazia maioritariamente desse ramo. A presença de uma biblioteca, com maior volume que o próprio arquivo, demonstrou uma cultura de leitura especializada e escrita na família, tanto ligada às carreiras jurídicas como ao gosto literário, afinal uma alternativa ou complementaridade à propriedade fundiária.

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 15 de outubro de 2013

Curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Autora: **Ana Rita Cardoso Cleto Machado**

Título: ***A Internacionalização das PME: A Cultura e a Interculturalidade como entraves ou sucesso nas Relações Negociais***

Palavras-chave: Internacionalização, PME, Globalização, Cultura, Dimensões Culturais, Interculturalidade, Gestão do Conhecimento.

Resumo

Este trabalho tem como objeto um estágio no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Este estágio teve lugar nas instalações da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – no Porto. As atividades que realizei focaram sempre a temática da internacionalização das empresas portuguesas bem como a exportação como atividade primordial da internacionalização. As atividades ligaram-se ao âmbito do programa INOV Contacto e a conferências sobre o processo de internacionalização em países específicos com a colaboração, cooperação e testemunho de representantes de empresas a atuar no mercado em questão com sucesso.

Desse modo, participei ativamente nas atividades decorrentes das conferências organizadas pela AICEP, registando, documentando e publicando documentos integrais sobre a internacionalização, de acordo com os objetivos gerais traçados no meu projeto de estágio. Desenvolvi e redigi ainda um documento direcionado às empresas portuguesas sobre a interculturalidade nas relações negociais, visando países específicos e regiões geográficas mundiais.

Foi principalmente pela participação ativa nestas conferências, pela recolha de informação de anteriores já documentadas e pela elaboração do documento sobre a interculturalidade nos negócios que a minha componente investigativa e crítica deste estágio foi despotelada. Através de documentação conjugada com os testemunhos registados em conferências, e a revisão de literatura sobre componentes teóricos das relações internacionais, economia e gestão, a temática da internacionalização das empresas tornou-se um diamante em bruto pronto a ser lapidado sob as lentes da cultura e da interculturalidade, conduzindo-me às reflexões que estruturam este trabalho e as conclusões nele descritas.

Ao longo do trabalho desenvolvido, desde as atividades inicialmente indicadas na proposta de projeto de estágio às atividades desenvolvidas durante o período de estágio na instituição de acolhimento, a AICEP, foi-me possível desenvolver, adquirindo as ferramentas que me foram surgindo consoante as atividades realizadas e os objetivos nelas traçadas, a experiência desejada nas áreas das relações internacionais e de gestão a nível empresarial, e ter a perceção inequívoca de um aspeto muitas vezes desvalorizado devido à sua transparência, a cultura, no que diz respeito à concretização de relações negociais com sucesso. Menciono ainda que, a possibilidade de trabalhar num ambiente de natureza empresarial, bem como o contacto com pessoal da área, me proporcionou a capacidade de desenvolver competências no mesmo âmbito, como também me permitiu adquirir aptidões técnicas. De facto, toda a experiência de trabalho foi muito positiva para mim tanto a nível profissional como pessoal. Do mesmo modo, espero que também para os colaboradores da AICEP e para os clientes, as empresas portuguesas, o meu trabalho se tenha revelado uma mais-valia.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 22 de novembro de 2013

Autora: **Anara Kakimova**

Título: **Educational policy for sustainable development in Kazakhstan**

Palavras-chave: Education for sustainable development, public policies, Kazakhstan,

Resumo

The theme of current Master thesis is devoted to the educational policy for sustainable development in Kazakhstan reviewed on the experience available on the international scale, in general, and on the European Union's countries, in particular. The aim of the research is the analysis of current educational policy for sustainable development in Kazakhstan. It is mainly considered the introduction of curriculum subject for classroom-teachers by proposing a strategy with different and new approaches of teaching starting from workshops to motivate students for creating local projects for sustainable development. Also it is expected to review the achievements and results of sustainable development policy provided by government, state agencies, non-governmental organizations on the example of Central Asian Regional Ecological Centre in Kazakhstan. This thesis consists of three main chapters and each chapter includes three subthemes. The first chapter is devoted to consideration of theoretical background of sustainable development concept, explanation of notion of sustainability and considers the education for sustainable development in particular view on difference between environment education and education for sustainable development. The second part has a more descriptive character as it directs to analyse the current political, economic and social spheres in the Republic of Kazakhstan with focus on implementation and initiatives of sustainable development concept in all three areas. Moreover, this part also contains the analysis of the short interview (survey by questionnaire) with the Minister of Education and Science of the Republic of Kazakhstan in order to clarify some questions about current education policy for sustainable development. The last chapter provides analysis of the educational policy for sustainable development in Kazakhstan, firstly initiated by government's policy for higher education level. Consequently, this activity was introduced into educational policy with the main aim of reorienting educational policy for sustainable development, thus the second subtheme of this chapter is devoted specifically to narrow consideration of results of ESD implementation in Kazakhstan. The final part of the thesis gives explanations of the proposed curriculum subject by this Master thesis comparing with the already experienced subject "Ecology and Sustainable development" in higher education and underlining the importance of new methods used within proposed subject. Thus, theoretical and methodological ideas and approaches formulated by the author of this work and approved on its basis the concept of education for sustainable development and new educational programme as pedagogical model on the example of curriculum subject allows to consider it as theoretical base and important direction of modernization of educational policy in the Republic of Kazakhstan.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 28 de junho de 2013

Autora: **Arianna Mazzieri**

Título: ***A eficácia da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Estudo de dois projetos da ONGD Leigos para o Desenvolvimento em Angola***

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Monterrey Consensus; eficácia; Angola; ONGD

Resumo

O trabalho de investigação trata a questão da eficácia das intervenções de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (C.I.D.).

O debate académico sobre o tema da eficácia das intervenções neste campo intensificou-se nos anos Noventa, as críticas dirigidas contra o paradigma vigente nessa altura, o *Washington Consensus*, levaram à afirmação de um novo paradigma no alvor do século XXI, ou seja o *Monterrey Consensus*.

Este novo paradigma tentou responder às críticas avançadas promovendo uma série de princípios orientadores para a ação neste campo, que constituíram a base para a construção de uma nova parceria entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. O enfoque sobre a eficácia das intervenções de C.I.D. manteve-se vivo e concretizou-se na experimentação de novos percursos e ferramentas, porém os conhecimentos resultantes deste processo estão ainda longe de atingir o estado de um corpo de doutrinas sistematizadas.

O trabalho pretende portanto diagnosticar o atual funcionamento da C.I.D. Em particular, quer-se analisar as práticas atuais que deveriam realizar os princípios orientadores proclamados pelo *Monterrey Consensus* do ponto de vista da sua eficácia potencial. Esta operação visa ao mesmo tempo avançar num sentido terapêutico, permitindo detetar e corrigir as práticas capazes de influenciar negativamente o alcance de um grau satisfatório de eficácia pelos projetos de C.I.D.

A análise da literatura especializada selecionada conduziu à identificação de três principais categorias de variáveis, em função das quais podem mudar os resultados obtidos pelo sistema da C.I.D., a saber: grau de *feedback* e *accountability*, grau de eficiência do aparelho burocrático e tipo de abordagem (micro ou macro).

Em ordem a tornar as variáveis mensuráveis, foram formulados quatro indicadores de potencial eficácia dos projetos, ou seja: apropriação e alinhamento, harmonização, gestão centrada nos resultados e responsabilidade mútua e, por fim, especificidade do projeto. Os indicadores visam certificar a presença, o estado das variáveis e as interações que intercorrem entre elas e, para que esses fenómenos fossem observáveis, cada indicador foi subdividido em subindicadores.

O procedimento de investigação empírica seguiu o modelo de estudo de caso, que contemplou a avaliação da ação da ONGD Leigos para o Desenvolvimento em dois projetos implementados em Angola. Trata-se de dois centros de formação, ou seja o Centro Cultural de Santa Cruz, situado no Uíge, e o Centro Juvenil da Graça, localizado em Benguela.

A recolha de dados sobre os projetos foi executada por meio da pesquisa documental na sede da ONGD em Lisboa e através da realização de entrevistas e inquéritos.

No que se refere às entrevistas, foram elaboradas duas tipologias de entrevistas, a ser dirigidas a duas categorias distintas de entrevistados: os representantes dos órgãos sociais dos Leigos para o Desenvolvimento e os voluntários que participaram respetivamente nos dois projetos. A matriz de ambas as entrevistas foi articulada em quatro blocos, em correspondência com os quatros indicadores precedentemente apresentados.

Os questionários seriam destinados aos utentes dos serviços dos centros com o objetivo de medir o seu grau de satisfação a respeito aos serviços que utilizaram. Todavia por razões

organizacionais e logísticas que nos ultrapassaram, tais questionários não puderam ser realizados.

A investigação desenvolveu-se em quatro fases. Na primeira fase houve a recolha de dados na sede da ONGD. Na segunda fase efetuou-se a sistematização das informações levantadas e a uma prévia análise SWOT para cada um dos centros. Ao mesmo tempo avançou-se para o estudo do contexto socioeconómico da República de Angola, que alberga os dois projetos. A seguir na terceira fase realizaram-se as entrevistas aos voluntários da ONGD que participaram nos dois projetos em momentos diferentes, desde o encaminhamento até ao alcance da autonomia dos centros. Adicionalmente foram realizadas entrevistas a membros dos órgãos sociais da ONGD julgados relevantes para a investigação. Por fim, procedeu-se à aplicação dos indicadores aos dois estudos de caso e ao tratamento das informações recolhidas.

Quanto às fontes utilizadas, a análise dos projetos baseou-se nomeadamente no estudo da documentação disponibilizada. Distinguem-se no conjunto de documentos acessíveis cinco categorias fundamentais: os relatórios da associação, os Projetos Comunitários de Missão (PCM), os Projetos Individuais de Missão (PIM), os relatórios de atividades dos projetos e o plano estratégico para o período 2011-2015. De particular interesse para a investigação foram os PIM, em que a visão integrada dos projetos expressa nos PCM toma uma forma mais específica e os objetivos gerais são traduzidos em tarefas particulares, a ser atingidas por cada voluntário. Achou-se de interesse também o plano estratégico para o período 2011-2015, o qual evidencia a mudança organizacional ocorrida na ONGD no ano 2010 e o relevo adquirido pela dimensão estratégica, fruto do interesse da associação em assegurar uma maior estabilidade às suas atividades.

Por fim, lembram-se as fontes orais, ou seja as entrevistas, das quais emergiu a existência de umas discrepâncias entre o quadro teórico da ação da ONGD ilustrado pelos representantes dos órgãos sociais e a efetiva aplicação do mesmo quadro pelos voluntários no terreno. Ao mesmo tempo as entrevistas permitiram conhecer a posição dos voluntários sobre questões específicas e a identificação de uns aspetos das intervenções passíveis de melhoramento.

O balanço traçado da ação dos Leigos relativamente ao CCSC e ao CJG fez emergir os caracteres distintivos da sua ação. Em síntese, os projetos analisados apresentaram de forma geral resultados encorajadores em todos os indicadores, apesar de existirem pontos de fraqueza, alguns dos quais resultam de uma escolha consciente e que portanto não serão considerados como passíveis de melhoramento pela ONGD. Além disso é preciso que os Leigos tratem com urgência a questão do processo de avaliação dos projetos implementados, tentando encontrar soluções viáveis do ponto de vista financeiro.

Enfim foi possível reconhecer um claro caminho evolutivo realizado pela associação no decorrer do tempo, as mudanças experimentadas pelos Leigos são conformes aos princípios essenciais promovidos pelo *Monterrey Consensus* em ordem a incrementar a eficácia das intervenções de C.ID.

Contudo o caráter de novidade que se vem afirmando neste campo reflete-se nomeadamente na ação de organizações não governamentais, enquanto que as intervenções guiadas por entidades estatais ou intergovernamentais continuam a mostrar uma atitude identificável no conceito de “política de piedade”.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 17 de dezembro de 2013

Autora: **Carla Patrícia Forneira Prado**

Título: ***A diplomacia do Estado Novo e a guerra de independência da Argélia (1954-1962)***

Palavras-chave: colonialismo, Argélia, independência, França, Portugal

Resumo

Com esta investigação pretende-se averiguar a forma como o Estado Novo acompanhou a luta pela independência argelina contra a França de 1954 a 1962. À época, a posse e administração de territórios coloniais tinha um grande peso ideológico em ambos os países que, por sua vez, mutuamente contra as críticas formuladas no seio das organizações de que quer franceses quer portugueses faziam parte (ONU e NATO).

Assim sendo, o principal objetivo desta dissertação é perceber se a longa e sangrenta disputa armada que opôs a França à sua principal colónia (Argélia), com um desfecho favorável a esta última, foi encarado pela diplomacia portuguesa como um prelúdio do fim da sua própria situação colonial (lembrando que apenas um ano antes da independência argelina – que teve lugar em 1962 – eclodiu a Guerra Colonial portuguesa em Angola, cujo desenlace contribuiria para a queda definitiva do regime vigente em Portugal em 1974). Partindo de uma extensa contextualização da situação política vivida pelos dois países durante o período cronológico em estudo (do lado português, com uma atenção especial dedicada às obras de Fernando Rosas, António Costa Pinto e Valentim Alexandre, para melhor entendermos os pilares político-ideológicos do Estado Novo e da importância que o colonialismo tinha para o regime; do lado francês, salientando as obras de Benjamin Stora e Allistair Horne como forma de melhor compreender os meandros do conflito franco-argelino, bem como a política seguida pelo Estado francês nesta questão), procuramos trazer algo de novo ao tema, analisando a correspondência diplomática portuguesa neste período de tempo, em particular as cartas do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros provenientes da Embaixada Portuguesa em Paris, à época chefiada por um dos homens de confiança de Salazar, Marcello Mathias.

Através delas, podemos perceber, tal como equacionámos à partida – embora os meios diplomáticos portugueses e franceses sempre fizessem questão de diferenciar as situações vividas no Ultramar português e nas colónias africanas francesas – o receio e, sobretudo, a prudência com que a diplomacia do Estado Novo encarou a situação vivida pela França na Argélia, tentando sempre alinhar as suas posições com as dos franceses (sobretudo no seio das organizações internacionais – ONU e NATO – de que ambos faziam parte), sob risco de perder um dos seus mais importantes aliados a nível político-ideológico no que dizia respeito à posse de colónias ultramarinas (numa época em que, recordemos, os países sob dominação colonial europeia intensificavam o seu discurso nacionalistas e começavam, pouco a pouco, a independentizar-se) e, sobretudo, sob risco de os “ecos” deste longo e penoso conflito afetarem os territórios sob administração portuguesa em solo africano.

Orientador: José Maciel Honrado Morais Santos

Data das provas: 29 de novembro de 2013

Autor: **Marcos David Silva dos Santos**

Título: ***A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821): perspectivas diplomáticas e independência do Brasil***

Palavras-chave: Portugal, Brasil; Política Externa.

Resumo

O objeto de investigação em que centramos a nossa dissertação de mestrado foi sobre o papel da presença da corte portuguesa no Brasil e as consequências disto para a declaração da independência brasileira. O estudo é feito em torno das posições diplomáticas tomadas pelo governo do Príncipe Regente D. João, que passou a residir no Rio de Janeiro após a transferência da corte. A temática em questão dispõe de uma vasta produção historiográfica, no entanto, existe uma lacuna na historiografia portuguesa quanto ao tratamento e aprofundamento da diplomacia de D. João no Rio de Janeiro. Desta forma, tendo em conta o panorama da historiografia lusa, julgamos que esse trabalho traz novidades quanto à política externa do período.

A elaboração do trabalho foi influenciada por algumas obras de história diplomática de renome internacional, como por exemplo, os livros do diplomata brasileiro Manuel de Oliveira Lima, os do historiador Amado Cervo que contribuiu para um melhor conhecimento da política externa brasileira no século XIX. Outros estudos que merecem ser mencionados são os do historiador português Jorge Borges de Macedo, que com a sua perspetiva sobre a historiografia lusa enriqueceu este trabalho. Também foram citadas obras de caráter geral da historiografia luso-brasileira, assim, como bibliografias francesa, inglesa e norte-americana.

A documentação manuscrita que utilizamos na elaboração deste trabalho está guardada no Arquivo Distrital de Braga, no acervo documental do conde da Barca e família. Neste núcleo documental encontramos um grande volume de correspondência diplomática, importante para o nosso estudo. António de Araújo Azevedo, conde da Barca, foi ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de D. João VI por duas vezes, também exerceu funções no Ministério do Reino. A mais valia desse arquivo, deriva do facto de muita da documentação dele constante, estar praticamente inédita. Dado que ainda não se encontra digitalizada, para a consulta, tivemos que nos deslocar a Braga. Explorámos também a biblioteca digital do Senado Federal do Brasil, onde existem algumas cartas enviadas pelo Príncipe D. Pedro a seu pai o rei D. João VI, quando o monarca já estava em Lisboa. Utilizámos ainda alguns documentos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro disponíveis *online*. Estamos cientes que não esgotamos toda a documentação existente e pertinente aos temas em causa, pelo que esperamos que esta dissertação tenha constituído um ponto de partida para outros estudos sobre as questões levantadas ao longo do trabalho.

O primeiro capítulo aborda as relações diplomáticas de Portugal e a sua posição face às outras potências, sendo importante a percepção do contexto histórico de 1750 até 1807, assim como o Bloqueio Continental e as consequências para Portugal da transferência da corte para o Brasil. No segundo capítulo, a respeito da presença da corte em terras sul-americanas, são abordadas as primeiras decisões do governo e as transformações estruturais do território brasileiro, bem como da sua capital, a cidade do Rio de Janeiro. Já no terceiro capítulo são estudadas as perspetivas da diplomacia portuguesa para com a América do Sul e a Europa. Por fim, no quarto e último capítulo são debatidas as influências da Revolução Pernambucana de 1817 e também da Revolução Liberal de 1820, para a permanência da corte no Brasil. Estas vão propiciar, juntamente com outros fatores, o retorno de D. João VI e a independência brasileira conduzida pelo Príncipe Regente D. Pedro.

Esta mudança para o Brasil representou um momento único na história da América e das

colônias europeias em todo mundo, ou seja, nunca um monarca europeu tinha estabelecido a sede do seu governo fora dos seus limites territoriais da Europa. Quanto à diplomacia da corte portuguesa, esta pautada pela neutralidade, em conflitos anteriores, teve a sua orientação redirecionada para a América do Sul e teve como primeiro alvo a questão das fronteiras com a Guiana Francesa. O território dependia da França, mas D. João tratou de enviar uma expedição que tomaria posse da Guiana e faria desta um território português. Outra posição do regente foi relativa à região do Rio da Prata, possessão da Espanha e que D. João tentou anexar ao Brasil, através de sua esposa a princesa Carlota Joaquina e também de seu sobrinho D. Pedro Carlos também ele membro da família real portuguesa e espanhola. Esta orientação fora pautada pela legitimação destes no que diz respeito aos direitos que teriam sobre os domínios espanhóis na América, com o intuito de anexar o território ao império português. Apesar do jogo de intrigas esta integração foi conseguida apenas com a Província da Cisplatina, a qual foi incorporada ao território brasileiro em 1817, através de uma investida militar.

As relações diplomáticas com a Europa nesse período foram pautadas, sobretudo, por duas fases, que poderemos definir como sendo, uma antes da Paz Geral e outra depois do Congresso de Viena. Até a resolução dos conflitos na Europa, a política externa portuguesa esteve muito ligada à Grã-Bretanha. Contudo, após o Congresso de Viena, a diplomacia da corte do Rio de Janeiro aproximou-se da Europa, sobretudo da Áustria e renovou o relacionamento com Espanha e a França. A permanência da família real, na América do Sul, fez com que, em 1815, o Brasil fosse elevado à categoria de reino, deixando formalmente de ser uma colônia e passando a ser um estado à semelhança de Portugal continental.

Todo aparelho de estado construído após a chegada de D. João possibilitou a formação de um sistema administrativo, com uma economia centralizada no sudeste do Brasil. Contudo, nas províncias do nordeste existia descontentamento em relação a esta centralização. O fim do antigo regime e a consequente independência das colônias espanholas fez surgir em Pernambuco um movimento que procurava uma provável independência brasileira. Este episódio foi o fim de uma ideia que defendia que o Brasil estava longe do “contágio do liberalismo”. Assim, o grande império português na América estava pela primeira vez ameaçado. Em Portugal continental a regência do Marechal inglês Beresford provocava descontentamento na população. A continuação da presença do rei D. João VI, no Brasil, fez surgir um sentimento entre a população e os jornais que este era um monarca que abandonara os seus súbditos. Na cidade do Porto, a partir do ano de 1818, surge uma tertúlia secreta denominada do Sinédrio que, no ano de 1820, vai ter um papel decisivo na instauração do liberalismo em Portugal e exigir em conjunto com os liberais lisboetas o regresso do soberano.

Os efeitos do liberalismo em Portugal serão sentidos no Rio de Janeiro, cerca de um ano depois D. João VI volta a Lisboa e em seu lugar, ficou como Regente, o Príncipe herdeiro D. Pedro. Contudo, os anos de permanência da corte em terras brasileiras e as infraestruturas que foram criadas, vão ser importantes para o futuro de um Brasil que cada vez mais estava independente de Portugal. À roda do Príncipe Regente encontrava-se uma “nobreza brasileira”, representada por grandes burgueses que, na sua maioria, tinham recebido títulos da mão de D. João VI. Estes fizeram crescer no Paço Real do Rio de Janeiro, um enraizamento de uma identidade nacional. É de ressaltar que, nas colônias espanholas, crescia o ideal republicano e o número de países que se tornavam independentes das metrópoles europeias. No entanto, no Brasil a nobreza desfrutava de um ambiente propício para o crescimento do sentimento nacional, a par das ideologias liberais.

À chegada a Lisboa o rei defrontou-se com uma nova arquitetura do poder, presente na primeira Constituição Liberal Portuguesa, que colocava o poder do monarca em segundo

plano. As decisões tomadas pelas cortes liberais vão enfraquecer a unidade brasileira buscando o desmembramento do grande composto geográfico. Outra atitude foi a debilidade da governação de D. Pedro, que ficou expressa na ordem do regresso dele à Europa. Contudo, o príncipe representava a unidade nacional garantida pelos Braganças. A sua partida teria como consequência uma situação semelhante à ocorrida nas ex-colónias espanholas da América e o possível fracionamento do Brasil em várias repúblicas, principalmente devido às políticas elaboradas pelas cortes, que procuravam a fragmentação do Brasil.

O Dia do Fico como foi denominado, ou seja, a decisão do Príncipe Regente em permanecer no Brasil, salvou o desmembramento deste imenso território. Os acontecimentos que se seguiram a esta atitude do príncipe culminaram com o *Grito do Ipiranga*, o qual é considerado pela historiografia brasileira clássica como o marco da independência. Por fim, a corte portuguesa por ter permanecido 13 anos além Atlântico, estabeleceu num espaço tão grande um sentimento nacional e um aparelho de estado, capaz de fazer deste, o único país da América do Sul a declarar a sua independência sob a forma monárquica, com um imperador europeu à frente da governação.

Orientador: Jorge Manuel Martins Ribeiro.

Data de defesa: 24 de julho de 2013

Autora: **Sílvia Daniela Leal da Rocha**

Título: ***A Ucrânia na relação UE-Rússia no século XXI***

Palavras-chave: Relação UE-Rússia, Política Externa, Espaço Pós-Soviético, Ucrânia, Identidade, Geopolítica, Influência

Resumo

Esta dissertação explora a temática da relação UE-Rússia, centrado a sua atenção na influência exercida pela Ucrânia no seu contexto, e na capacidade de Kiev alterar o normal funcionamento da primeira.

A União Europeia e a Rússia tornaram-se, desde o fim da Guerra Fria, as duas entidades geopolíticas mais importantes na Europa. O estabelecimento de uma relação bilateral de cooperação, proximidade e entendimento era um objetivo comum e, durante os anos 90, esse objetivo pareceu estar ao alcance das duas partes, tendo a relação UE-Rússia conhecido vários desenvolvimentos nesse sentido. A relação ficou marcada, neste período, pela génese de um quadro de necessidades recíprocas, no qual a Rússia precisava do capital proveniente da UE para recuperar a sua economia e a UE pretendia assegurar a entrada no mercado russo e o acesso aos seus recursos energéticos, além de desejar ver o país entrar na rota da integração europeia. No entanto, a chegada de Putin ao poder na Rússia, que marca o início da recuperação económica, permitiu ao país adotar uma nova postura negocial com a UE, passando Moscovo a afirmar de forma mais clara os seus interesses e objetivos, bem diferente da anterior subserviência manifestada em relação aos interesses da UE.

O duplo alargamento da UE/NATO a Leste, em 2004, marcou a entrada da UE num espaço tido, tradicionalmente, como de influência russa, colocando frente a frente estratégias e objetivos diferentes para a mesma região. O Espaço Pós-Soviético tornou-se, então, palco preferencial de uma competição por influência entre a União Europeia e a Rússia. Dentro do espaço pós-soviético, a Ucrânia assume um papel de destaque. Distinguindo-se dos restantes estados pós-soviéticos pelas suas especificidades geográficas, demográficas, históricas, socioculturais, económicas e políticas, a Ucrânia situa-se, literalmente, no centro da relação UE-Rússia. Desde que, em 2004, depois da Revolução Laranja, a Ucrânia manifestou com convicção a sua vontade em fazer parte da União Europeia, tem-se assistido ao acentuar da tensão na relação Ucrânia-Rússia e ao crescente afastamento político entre Bruxelas e Moscovo, uma vez que nenhum dos intervenientes fez qualquer cedência na prossecução dos seus objetivos. Neste contexto, a presente dissertação advoga que a Ucrânia reúne todas as condições necessárias para influenciar o desenvolvimento da relação UE-Rússia. Apesar da possibilidade de funcionar como um elemento de mediação da mesma, devido ao cruzamento de vários objetivos e interesses comuns, a Ucrânia tem-se revelado um elemento de afastamento e de desestabilização da relação UE-Rússia.

O problema que esta dissertação se propôs estudar foi analisado a partir de três correntes teóricas, reconhecendo a complexidade da questão e a necessidade de se observar o caso de múltiplas perspetivas, que se complementam e providenciam uma leitura mais completa da questão. Assim, os vários interesses dos atores internacionais envolvidos são analisados segundo a Teoria Realista das RI; a Teoria da Interdependência Complexa é usada para explicar a relação de dependência entre eles, justificando a existência de uma relação de cooperação internacional; e a Teoria Construtivista é usada na análise dos diferentes discursos oficiais. Recorreu-se, para a elaboração deste trabalho, a um levantamento bibliográfico de vários textos (livros, artigos, entrevistas, discursos, comunicados e relatórios oficiais), bem como algumas notícias referentes aos mais recentes desenvolvimentos da crise política na Ucrânia e à atuação da UE e da Rússia

a este propósito, que foram, posteriormente, sujeitas a uma análise qualitativa. Depois de uma análise estrutural da relação UE-Rússia no último quarto de século e de uma listagem dos vários elementos de proximidade e afastamento subjacentes a essa relação, procurou-se focar o papel da Ucrânia nessa relação, atentando à forma como o país evoluiu após a independência da URSS e às características das relações bilaterais do país com a UE e com a Rússia, tentando perceber as consequências de uma aproximação do país a um destes centros de poder em detrimento do outro.

Conclui-se que, apesar das diferenças de desenvolvimento socioeconómico e institucional que separa a Ucrânia da UE e atrasam a sua entrada na UE e das vantagens económicas a curto prazo de uma aproximação da Ucrânia à Rússia, todos os intervenientes beneficiarão de uma maior integração da Ucrânia na União Europeia.

Orientadoras: Teresa Maria Resende Cierco Gomes e Maria Raquel de Sousa Freire

Data das provas: 28 de julho de 2014

Autora: **Tânia Vanessa Monteiro Neves**

Título: ***A Educação para o Desenvolvimento: Percorrer contextos, práticas e percepções***

Palavras-chave: Educação para o Desenvolvimento, Educação para a Cidadania Global, Formação.

Resumo

O relatório de estágio “A Educação para o Desenvolvimento: Percorrer contextos, práticas e percepções” foi desenvolvido no âmbito do mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Este trabalho constitui uma problematização concetual e reflexão crítica sobre a Educação para o Desenvolvimento (ED), ilustrada empiricamente a partir da intervenção em contexto de estágio, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), particularmente no Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED). A investigação/intervenção teve como objetivo geral o aprofundamento da análise da Educação para o Desenvolvimento enquanto compromisso de educação para a cidadania global a partir da clarificação do conceito e de percepções de diferentes atores em diversos contextos educativos.

Neste sentido, adotou-se como pressuposto de investigação/objeto de estudo, por um lado, quadros concetuais e de complexificação da discussão em torno da relação educação e desenvolvimento, nomeadamente de ED, e, por outro lado, percepções de diferentes atores que animam os vários contextos de intervenção do estágio e que ajudam a definir a prática educativa.

Foram definidos quatro objetivos específicos, coincidentes com as atividades determinadas para a intervenção: 1) Analisar as diferentes abordagens ao conceito de ED; 2) Acompanhar e apoiar atividades de ED no GEED; 3) Comparar percepções e práticas de Educação para o Desenvolvimento nos contextos educativos formal e não-formal; 4) Reconhecer contributos e desafios de ED em diferentes contextos educativos e formativos.

Configurou-se, para este trabalho, a conjugação de diversos métodos de trabalho, como análise concetual, a observação, a análise estatística e a análise de conteúdo. Estas opções metodológicas estiveram ao serviço da construção e uso de ferramentas/instrumentos para validação dos objetivos de intervenção e consecução das tarefas propostas. As atividades que estruturaram o trabalho de estágio foram: 1) Acompanhamento e apoio ao trabalho, desenvolvimento ao nível da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) – entre o qual, a dinamização do Centro de Recursos ESE em ED; 2) Apoio e desenvolvimento do departamento de comunicação do GEED; 3) Participação e frequência de diversos cursos formativos – entre os quais o Curso Livre “Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento”, ministrado pelo GEED, a partir do qual foi desenvolvido um projeto de investigação; 4) Acompanhamento de uma turma de 3º ano da Licenciatura em Educação Básica na unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional III (IPP3), a partir do qual foi desenvolvido um projeto de investigação sobre o processo de integração da ED no âmbito formal, a partir do acompanhamento de um par de estudantes da unidade curricular de IPP3.

A intervenção em contexto de estágio aconteceu na conjugação constante entre a investigação – estruturação do conhecimento em Educação para o Desenvolvimento – e a ação – experiência de intervenção no terreno, o que permitiu, por um lado, a clarificação do conceito de ED, através da análise de diferentes abordagens e, por outro lado, o mapeamento das práticas de ED a partir da comparação de percepções de atores em distintos contextos de formação.

Especificamente para cada uma das atividades, foram conseguidos resultados significativos e importantes para a resposta a cada um dos objetivos antes determinados. É ainda de realçar, no

conjunto global do trabalho desenvolvido em estágio, o papel ativo na área de ED do GEED, na ESE-IPVC, resultado da sua responsabilidade na capacitação da ESE-IPVC na área de ED e, depois, na operacionalização do dispositivo de planeamento, monitorização e avaliação da ENED.

De forma particular, no que diz respeito à primeira atividade delineada, foi feito um trabalho relevante na dinamização do Centro de Recursos da ESE-IPVC em matéria de ED. Além da seleção de obras incontornáveis nas áreas da ED, da cooperação e do desenvolvimento, a elaboração de fichas de leitura de algumas destas obras permitiu um enquadramento teórico efetivo e direto de diferentes abordagens e perspetivas acerca do conceito em análise. Ainda no âmbito da primeira atividade, o acompanhamento próximo com o trabalho desenvolvido ao nível da ENED, nomeadamente com o Plano Anual de Atividades das entidades subscritoras da ENED e com a Planificação de Atividades das mesmas, foi fundamental para a perceção mais clara do processo. Estando a meio do período de vigência da ENED (2010-2015), considerou-se ser fundamental a continuação do trabalho constante de monitorização do trabalho no âmbito da orientação estratégica nacional, como forma de autorregulação das práticas de ED. Ainda que prematura, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de uma avaliação final de balanço da ENED, para a elaboração de novas ou mais inovadoras estratégias de ação. Esta avaliação garantirá, ainda, a qualidade das atividades de ED reportadas no plano anual de atividades e na planificação de atividades, pelo que a sua sustentabilidade dependerá desse investimento ao nível da recolha de dados e do seu tratamento. Esta preocupação com a avaliação não impede, contudo, a necessidade contínua de formação sobre a ENED.

Depois, especificamente sobre as atividades 3 e 4, e como forma de conhecimento das práticas de ED, procurou-se complexificar a investigação através do contacto com dois âmbitos educativos distintos – a educação formal e a educação não-formal. O estudo dos dois contextos possibilitou o contacto direto com o terreno e a oportunidade de análise e reflexão da ED nas duas realidades. O primeiro caso, no âmbito educativo não-formal, foi desenvolvido a partir da frequência e estudo do Curso Livre “Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento”, a partir da sua estrutura, base concetual e metodológica. Foram aplicados inquéritos por questionário aos formandos do curso e foram ainda realizadas entrevistas semi-estruturadas aos formadores e organizadores da modalidade formativa.

No segundo caso, foi feito o acompanhamento do projeto de introdução da ED na IPP3, unidade curricular da licenciatura em Educação Básica. Também para este estudo, foram aplicados inquéritos por questionário aos estudantes da licenciatura e foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas – responsável pela licenciatura em Educação Básica na ESE-IPVC e docente responsável pela unidade curricular de IPP3, responsável do GEED e ainda técnica do GEED responsável pela dinamização das sessões de IPP3 no âmbito da ED. Além deste trabalho, foi ainda feito o acompanhamento a dois pares de estudantes da disciplina, na preparação e dinamização das suas intervenções nas escolas cooperantes.

Destacaram-se, neste contexto, duas questões. Por um lado, a introdução da ED no currículo escolar, ora no 2º ciclo do Ensino Básico, ora no Ensino Superior, enquanto componente de formação pessoal, social e ética corresponde a um dos objetivos específicos da ENED: “Promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas”.

Por outro lado, destacou-se o apoio e promoção da formação da prática profissional dos estudantes e futuros docentes da ESE-IPVC. De facto, pelo propósito de capacitação da ESE-IPVC em matéria da ENED, este projeto permite que a formação destes estudantes tenha na sua

base a preocupação com a construção de um sentido de educação global.

Para ambos os âmbitos educativos aqui explorados e discutidos, sublinhou-se a complexidade do conceito e a ténue fronteira das práticas da ED. Efetivamente, e no sentido da construção de uma cidadania global ativa e consciente, realçou-se a necessidade última de uma abordagem holística à noção de ED, baseada na sua concetualização e mapeamento de práticas e alcance metodológico.

Em suma, considerou-se pertinente e urgente a investigação em ED a partir da realidade do terreno, identificando, classificando e determinando práticas de trabalho. Nomeadamente no contexto educativo formal, julgou-se necessária uma reflexão real do papel, alcance e impacto da integração efetiva da ED no currículo escolar. Para tal, concluiu-se que é necessário um trabalho no terreno, junto dos diversos atores educativos, e a formação de agentes de ED, especializados em questões específicas de Cidadania Global e de Desenvolvimento. Identificou-se ainda a escola como o espaço privilegiado para a disseminação e promoção da ED, através da explicitação a ENED enquanto instrumento de acompanhamento, monitorização e avaliação desta prática.

O possível contributo para o conhecimento nesta área consequente deste trabalho resultou efetiva e primeiramente no mapeamento e reflexão de diferentes abordagens ao conceito de ED, bem como no reconhecimento de práticas, contributos e desafios da ED na atualidade.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 1 de novembro de 2013